

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Adriana Ferreira da Silva

**DE QUE VERDADE FALOU-SE?
A OPOSIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR
FERREIRA FILHO EM PASSO FUNDO (1938-1947)**

Passo Fundo

2009

Adriana Ferreira da Silva

**DE QUE VERDADE FALOU-SE?
A OPOSIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR
FERREIRA FILHO PASSO FUNDO (1938-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dr^a Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2009

Dedicatória

À minha família e em especial ao meu pai.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Ana Luisa Setti Reckziegel, orientadora desta dissertação, por todo empenho, sabedoria, compreensão e, acima de tudo, exigência. Gostaria de ratificar a sua competência, participação com discussões, correções, sugestões que fizeram com que concluíssemos este trabalho,

Ao Prof. Dr. Haroldo Loguércio Carvalho, pelas suas sugestões e reflexões proveitosas na banca de qualificação desse trabalho,

À Profa. Dra. Ironita P. Machado pela sua colaboração e incentivo em todos os momentos da minha vida acadêmica, e, principalmente por ser esta amiga companheira, exemplo de vida e perseverança na realização de sonhos e conquistas,

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, Prof. Dr. Adelar Heinsfeld, pela oportunidade de crescimento, aprendizado, realização profissional e pessoal e principalmente pela confiança em mim depositada,

Aos funcionários e amigos Sandra e Benhur do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo pela hospitalidade, agilidade e auxílio que permitiram a realização deste estudo,

À secretária Jennifer Brum por sua força, entusiasmo e otimismo compromissos, sendo uma profissional extremamente competente e dedicada,

Aos meus familiares que sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais,

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação, em especial, a Marli Kuiava e

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução dessa Dissertação de Mestrado.

“Em política nunca há vitória definitiva; a haste em que se ergue a bandeira vitoriosa é a mesma em que se alça o estandarte de novas competições”.

Victor Graeff

RESUMO

Esta pesquisa concentra-se na trajetória política de Arthur Ferreira Filho sob o viés da oposição. Sua primeira nomeação foi em março de 1938, permanecendo até dezembro de 1941; a segunda, de outubro de 1944 a novembro de 1945; a última, em fevereiro de 1946. No decorrer desse período, os opositores de Ferreira Filho, cerceados pela censura, mantiveram-se ativos em suas observações e críticas ao representante da ditadura estado-novista por meio da literatura. O método analítico utilizado na pesquisa analisou os poemas registrados no livro *Defendendo a verdade*, publicado em 1947, de autoria do poeta e libertador Gomercindo dos Reis, este denunciava as ações administrativas de Ferreira Filho com poesia e sátira. Após dez anos dessa publicação, Gomercindo lança uma segunda obra intitulada *Jardim de Urtigas*, em 1957, na qual é registrada uma segunda coletânea de versos críticos referentes aos atos administrativos. Através deste trabalho propomos um outro olhar da política estado-novista local sob a perspectiva dos opositores que se mantiveram atuantes através da literatura.

Palavras-chave: Estado Novo, Passo Fundo, Oposição, Arthur Ferreira Filho.

ABSTRACT

This research studies the political career of Arthur Ferreira Filho in the administration of the City of Passo Fundo. His first administration was from March 1938 to December 1941, the second from October 1944 to November 1945 and the last in February 1946, after the end of the Estado Novo. During this period, the opponents of Ferreira Filho remained active in their comments and criticisms about the representative of the state dictatorship-novista through literature, they were curtailed by censorship. The book "Defending the Truth", published in 1947, under the poet and liberator Gomercindo dos Reis, denounced the actions of administrative Ferreira Filho with poetry and satire. After ten years of its first publication, he launched a second work entitled "Garden of Nettles" in 1957. In this are recorded a collection of critical verses referring to administrative acts, as well as political relations of Ferreira Filho with the opponents. This work will give us a reading of the Estado Novo, from the perspective of the opponents, in relation to the "Administrative Bambochata" from Ferreira Filho.

Keywords: Estado Novo, Passo Fundo, *opposition*, Arthur Ferreira Filho.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ACISA: | Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Passo Fundo |
| AIB: | Ação Brasileira Integralista |
| ANL: | Aliança Nacional Libertadora |
| APAN: | Associação de Auxílio aos Necessitados de Passo Fundo |
| CICASP: | Câmara da Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviço |
| CIRP: | Centro das Indústrias da Região do Planalto |
| CNC: | Conselho Nacional do Café |
| DASP: | Departamento Administrativo do Serviço Público |
| DIP: | Departamento de Imprensa e Propaganda |
| FUG: | Frente Única Gaúcha |
| LDN: | Liga de Defesa Nacional |
| PL: | Partido Libertador |
| PRL: | Partido Republicano Liberal |
| PRR: | Partido Republicano Riograndense |
| PSB: | Partido Social Democrático |
| PTB: | Partido Trabalhista Brasileiro |
| UDN: | União Democrática Nacional |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| 1. O INTERVENTOR FERREIRA FILHO: A “BAMBOCHATA ADMINISTRATIVA DO ESTADO NOVO” | 17 |
| 1.1. Denuncismo: Sobre a “Era Ferreirista” | 28 |
| 1.2. Ferreira Filho e os interventores Estaduais | 33 |
| 1.3. Os dois lados de Ferreira Filho sob o prisma da imprensa local. | 38 |
| 2. A OPOSIÇÃO NAS MALHAS DA POLÍCIA. | 42 |
| 2.1. Delegacia de Polícia: instrumento de poder local..... | 45 |
| 2.2. A Política “Ferreirista” em versos. | 48 |
| 2.3. Cartilhas: ensinar para nacionalizar | 59 |
| 3. AS PRETENSÕES DE FERREIRA FILHO: “TRANSLADAR-SE DA DITADURA PARA A DEMOCRACIA” | 65 |
| 3.1. Movimento de Reação Popular: Gomercindo dos Reis contra os “tubarões”.. | 68 |
| 3.2. Ferreira Filho de político interventor a escritor..... | 73 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS | 86 |
| FONTES CONSULTADAS | 91 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 91 |
| ANEXOS..... | 92 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho centra-se na administração municipal de Arthur Ferreira Filho¹ no município de Passo Fundo. A primeira nomeação dele para a administração municipal foi em março de 1938 no auge do Estado Novo, a segunda em outubro de 1944 quando o regime estava em vias de ser extinto, e a última em fevereiro de 1946 em pleno processo política democrático.

A análise do governo municipal de Ferreira Filho foi motivada após o conhecimento do livro “*Defendendo a Verdade*”, de 1947, escrito por Gomercindo dos Reis. Inicialmente pesquisamos o acervo documental de Gomercindo dos Reis depositado na Escola Estadual Gomercindo dos Reis situada na Vila Carmem, que reunia fotografias, livros, objetos pessoais, recortes de seus trabalhos publicados em jornais, manuscritos de suas obras, e sua máquina de escrever.

Após o contato com as fontes identificamos uma série de denúncias referentes à administração municipal de Ferreira Filho divulgadas após o término do Estado Novo. Entre os questionamentos o primeiro foi referente à existência de uma oposição em Passo Fundo ao regime estado-novista implementado por Getúlio Vargas, que até então, havia recebido total apoio da comunidade local desde a Revolução de 1930. Além disso, quem era Arthur Ferreira Filho e por que este mereceria tal destaque nas obras publicadas por Gomercindo dos Reis, afinal de contas qual era a finalidade e/ou objetivo dessas publicações.

Em nossa revisão bibliográfica sobre a temática do Estado Novo verificamos que a política estado-novista adotada por Getúlio Vargas estava alicerçada em dois pontos o autoritarismo e a centralização, e, portanto, não permitia a divulgação e propagação de ideais oposicionistas. E por isso, os meios de comunicação haviam sido controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Neste estudo as primeiras fontes consultadas foram

¹ Que nesse estudo irá ser mencionado como Ferreira Filho.

os jornais locais O Nacional e Diário da Manhã, inicialmente desejávamos encontrar registros das denúncias citadas por Gomercindo dos Reis referentes à administração de Ferreira Filho nos dois jornais, mais em função do controle do DPI.

A pesquisa nos dois jornais locais acima citados foi referente ao período estudo da administração municipal de Ferreira Filho de março de 1938 a dezembro de 1947. A esse respeito gostaríamos de salientar que em Passo Fundo até o término do regime estado-novista em outubro de 1945 não encontramos artigos e/ou notas explícitas dos opositores. No entanto, isso não significa que esses não emitiam opinião em relação a conjuntura política local. publicadas. Para BENVENÚ, “os jornais locais por adotarem uma nítida tendência de “jornal de opinião” comportaram-se e agiram como partidos políticos, portanto, cada um organizava e publicava os acontecimentos, segundo sua linha ideológica”².

O jornal O Nacional, foi fundado em 1925, o primeiro proprietário foi Theófilo Guimarães, posteriormente assumiu a direção Herculano Araújo Annes do bi-semanário que circulava em Passo Fundo nas quartas-feiras e sábados. Nos anos 40 o jornal passou para o controle de Múcio de Castro que permaneceu por longos anos na direção. De postura inicialmente republicana, expressava posições nitidamente pró-trabalhismo durante toda a década de 1950³. E no decorrer do Estado Novo esteve sob intensa investigação e controle do DIP, bem como da delegacia de polícia.

O Diário da Manhã, de propriedade do jornalista e político local Túlio Fontoura, fundado em 1935, também expressava os ideários republicanos, ligado que era o seu proprietário a Nicolau Vergueiro, expressão maior do Partido Republicano Rio-grandense – PRR, em Passo Fundo e região. A partir de 1945 com a abertura política, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), liderando essa agremiação partidária juntamente com Nicolau Vergueiro, Ferreira Filho e Antonio Bittencourt de Azambuja. Em nossa pesquisa nos arquivos deste jornal constatamos inúmeras reportagens ao longo do governo Ferreira Filho, bem como, muitas entrevistas sobre sua plataforma de governo e ações administrativas.

O Diário da Manhã passou, a partir de então, a demonstrar as “características claramente políticas e apaixonadas” de seu proprietário, desviando-se na área política de seu papel de informação para o de “instrumento ativo de opinião pública”.⁴ As divergências políticas entre Túlio Fontoura e Múcio de Castro surgiram por razões políticas que se alastraram ao longo dos anos e teve início segundo BENVENÚ

² BENVENÚ, Sandra Mara. **Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)**. Passo Fundo. Dissertação de Mestrado, 2006, p. 18.

³ Ibid., p. 19.

⁴ Idem

Quando Nicolau Vergueiro assumiu a prefeitura, em 1928, passou a criticar a administração de seu antecessor, Armando Araújo Annes. Herculano Annes – irmão de Armando-, que na ocasião já era proprietário de O Nacional, também passou a emitir críticas ao governo municipal de Vergueiro, que por sua vez eram rebatidas na Gazeta, a qual tinha como gerente Túlio Fontoura, nitidamente vergueirista. Como Múcio de Castro, nesse período, era funcionário de O Nacional, infere-se - assim como o informante-, de que tenha tomado para si as divergências de Herculano Annes e de tornando ferrenho opositor de Túlio Fontoura, defensor de Nicolau Vergueiro.⁵

O jornal além de ser um meio de divulgação e informação, também expressava um antagonismo na política local entre duas personalidades Múcio de Castro e Túlio Fontoura, e essas divergências expressavam duas forças privadas em oposição permanente como nos revela BENVEGNÚ.

Convém salientar que o posicionamento político de Múcio de Castro se mostrava de forma um tanto mais branda em relação àquele expresso por Túlio Fontoura, marcadamente mais enfático, mais direto, mais defendido. Diferente, porém, seu comportamento quando aos embates travados com Túlio Fontoura. Eram de igual para igual, permeados por qualificativos de forte conotação e significado político.⁶

O jornal, como fonte histórica, possui qualidade de amplo significado, não somente pela sua periodicidade, mas também por se constituir em “arquivos do cotidiano”, que além de registrar a memória diária, permite também “estabelecer a cronologia dos fatos históricos num contexto mais amplo⁷”.

As principais fontes de pesquisa foram às obras bibliográficas escritas por Gomercindo dos Reis “*Defendendo a Verdade*”, de 1947, e “*Jardim de Urtigas*”, de 1957, bem como outros registros foram consultados as Atas da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Passo Fundo, os Relatórios Municipais de 1938 e 1939 e as Cartilhas do período. Todas as informações destes documentos foram analisadas e comparadas com as denúncias registradas pelos opositores principalmente as relatadas no livro “*Defendendo a Verdade*” o título em si já era sugestivo a pesquisa, pois de que verdades estariam falando?

A origem dessa oposição estaria ligada à agremiação político partidária que esses pertenciam antes do golpe de 1937. Com o término do Estado Novo a oposição nitidamente

⁵ BENVEGNÚ, 2006, p. 20

⁶ Ibid., p.19.

⁷ ABRAMO, 2003 apud BENVEGNÚ, op. Cit., p.18.

assumiu a liderança do Movimento de Reação Popular, composta por Gomercindo dos Reis⁸ e Antonio Carlos Menna Barreto⁹, que antes da intervenção federal estavam filiados a Partidos Políticos¹⁰ que foram posteriormente fechados ao golpe.

Para Gomercindo dos Reis,

Ser maragato é ser um tipo forte;
É ser guerreiro singular na lança;
É não temer na luta a própria morte;
É ser da grande pátria uma esperança!

Ser maragato é ser de altivo porte;
É ser homem que na trincheira avança;
É ser pelo Brasil, de sul a norte;
É jamais, jamais admitir vingança!

Ser maragato é ser uma muralha;
É ser por um ideal que a si se aferra;
É ser um bravo à frente da metralha!

Ser maragato é ser herói na guerra;
É ser irresistível na batalha;
É ser tenaz LIBERTADOR na Terra!¹¹...

O Partido Libertador¹² foi fundado em 03 de março de 1928 durante um Congresso realizado na cidade de Bagé no Rio Grande do Sul, esse foi o sucessor do Partido Federalista Brasileiro. Para Gomercindo dos Reis, “*Ser maragato é uma glória. Obedecer à chefia de Raul Pilla é uma honra. Votar em candidatos do Partido Libertador é um dever de todo cidadão democrata que almeja o bem do Brasil!*”¹³

A partir de 1928 o PL abandonou a oposição sistemática aos republicanos. Em 1930 apoiou a candidatura de Vargas a Presidência da República. Nesse momento, em agosto foi formada a Frente Única Gaúcha (FUG), integrada pelo Partido Libertador e O Partido

⁸ REIS de 1930 a 1938 no PL e em 1945 na UDN.

⁹ Menna Barreto de 1933 a 1934 no PRL, 1934 na FUG, 1935 no PP e em 1945 na UDN.

¹⁰ Segundo a definição de Weber, o Partido Político é “uma associação que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente”. Esta definição põe em relevo o caráter associativo do partido, a natureza da sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política associada concretamente à consecução de fins “objetivos” e/ou “pessoais”. Ver: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p.898-899.

¹¹ REIS, 1957, p. 104.

¹² As informações biográficas do Partido Libertador estão baseadas na obra: ABREU, Alzira Alves de et all. **Dicionário histórico-biográfico pós 1930**. 5 vols. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.4327-4332, v.IV.

¹³ REIS, 1957, p.100.

Republicano Riograndense, com o objetivo de garantir a eleição de um presidente da república gaúcho, por isso, a FUG se tornaria umas das principais bases de apoio da Aliança Liberal. Em 1932 o PL estava em debate em torno da reconstitucionalização, de um lado Raul Pilla pró-revolução, de outro Assis Brasil que considerava o derramamento de sangue desnecessário.

No entanto, alguns elementos da FUG liderados por Borges de Medeiros, Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Lusardo, João Neves da Fontoura romperam com a FUG e participaram na Revolução Constitucionalista de 1932, quando defenderam a constitucionalização, além disso, não apoiaram mais Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório. Depois deste desentendimento Raul Pilla e os outros refugiaram na Argentina e no Uruguai. Entre os anos de 1935 a 1937, Raul Pilla foi eleito para a Assembleia estadual.

Entretanto, o Partido Libertador foi fechado com os demais partidos do país pelo Decreto nº 37, de 02 de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo. Em 1945, é um dos primeiros a retornar ao cenário da política declarando total apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Essa mesma organização se configurou no cenário local com a rearticulação do PL e a fundação do Movimento de Reação Popular em 1946.

A relevância desse estudo está na proposta de uma leitura histórica da administração municipal no período do Estado Novo, sob o viés dos opositores a Ferreira Filho. O estudo de problemáticas regionais nos permite, constituir um período histórico inserido numa totalidade, pois para RECKZIEGEL:

A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo¹⁴.

O objetivo maior dessa investigação centra-se na administração municipal de Ferreira Filho, delineando sua trajetória política, bem como ilustrando as relações de poder entre o governante e a oposição. Do mesmo modo, a pesquisa pretende analisar a veracidade das denúncias da oposição, assim, evidenciar rupturas e/ou continuidades do jogo político passo-fundense.

¹⁴ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. “História Regional: dimensões teórico-conceituais”. In: **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p.19.

Estrutura-se o presente estudo em três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma análise das ações administrativas de Ferreira Filho denominada pelos opositores de “A Bambochata Administrativa do Estado Novo”. As denúncias serão recorrentes em todos os capítulos, porém nesse, iremos enfatizar algumas delas, o envolvimento de Ferreira Filho com os interventores estaduais, além disso, compararemos a repercussão de sua administração na perspectiva da imprensa local.

A centralização política foi uma das medidas adotadas pelo governo provisório em 1930, entre essas estava o sistema de interventorias, um importante instrumento de controle do poder central na política local.

Entre os anos de 1930-1937, o processo de centralização política caminhou de algum modo no sentido de integrar o município à estrutura do Estado brasileiro. Ao retirar do estado-membro algumas competências sobre os municípios e ao transferi-las para a esfera da União, o governo getulista acabou minando as bases de sustentação das máquinas políticas estaduais¹⁵

Em 1937, novamente o sistema de interventorias foi adotado na política estadonovista, esta interferência direta de Vargas na organização burocrática dos estados e municípios via indicação de interventores provocou certo descontentamento das elites locais. Bem como, foi necessário uma rearticulação política entre os chefes políticos locais, que por sua vez não deixaram de apoiar o projeto centralizador do governo como nos evidencia COLUSSI:

O enfraquecimento das máquinas políticas estaduais não significou, porém, o afastamento dos setores oligárquicos do centro do poder, os quais foram sendo cooptados pelo projeto centralizador e modernizante do governo getulista. Tal cooptação conferiu ao processo político posterior a 1930 a marca da continuidade e do conservadorismo¹⁶.

A política não segue um desenvolvimento linear, *é feita de rupturas que parecem acidentadas para a inteligência organizadora do real*¹⁷ e essa atividade se relaciona com o exercício à prática do poder. Para GRAMSCI o político em ação é um criador, um investigador; mas não cria do nada nem se move no vazio turvo de seus próprios desejos e

¹⁵ COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: Ediupf, 1996, p. 54.

¹⁶ Ibid., p.54

¹⁷ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 449.

sonhos. Nessa perspectiva Vargas, após a Revolução de 1930, legitima um sistema burocrático administrativo, que estava se criando, então, na sociedade brasileira, um Estado moderno, intervencionista e social como nos elucida PRATES:

[1930] Até aí, a administração pública brasileira era moldada pelo velho estilo patrimonial do favoritismo político e social, sem qualquer distinção de natureza formal ou substantiva entre o público e o privado. As oligarquias do Império e da República Velha, embora eficazes na garantia da unidade territorial, não chegaram a tentar a modernização do aparato burocrático do Estado brasileiro. Foi somente com a Revolução de 30 que surgiu tal iniciativa. A partir desse momento, o Estado brasileiro começou a se fazer presente e visível na estrutura política do país.¹⁸

O projeto de nacionalização do país visava à centralização política e a construção do Estado nacional para unificar o país, que estava decomposto e desagregado, em função de uma política regionalista com acentuados vícios de disputa privatistas. Entre os intelectuais desse projeto Francisco Campos projetava que, o Estado Novo suscitaria no país uma “consciência nacional”, unificaria uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera no silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do povo¹⁹.

O empenho na organização e nacionalização do país esteve nas mãos dos interventores, os quais tiveram papel fundamental na organização dessa máquina administrativa após o golpe de 1937.

Para CARVALHO:

A implementação dessa proposta por parte do Estado Nacional brasileiro pós – 30 enfrentou dificuldades, superadas, em parte, a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, quando efetivamente se levaram a efeito políticas de caráter nacionalista visando à eliminação da influência dos particularismos regionais, vistos como impeditivos de concretização da unidade nacional²⁰.

¹⁸ PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p.125.

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.2), p. 117.

²⁰CARVALHO, Haroldo Loguercio. Regionalismo Gaúcho e nacionalismo brasileiro: impactos da política de Vargas no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. In: **História: debate e tendências**. Passo Fundo, v.1, n. 1, p.140.

O segundo capítulo abordará as esferas de controle do Estado Novo via Departamento de Imprensa e Propaganda e da ação policial no cerceamento das liberdades ao longo de quase cinco anos de administração de Ferreira Filho. Bem como da articulação dos opositores para burlar a censura e o posicionamento da imprensa.

E finalmente, no terceiro capítulo analisaremos os impactos do fim do Estado Novo, da democratização política do país, a partir da constituição dos partidos políticos, da criação do Movimento de Reação Popular. Nesse momento de abertura política os opositores publicam o livro *Defendendo a Verdade*, de Gomercindo dos Reis, e neste uma outra face da interventoria municipal. E, finalmente analisar o prestígio político de Ferreira Filho nas eleições a deputado estadual.

Este trabalho pretende contribuir para os estudos nacionais do período quanto para os regionais, e em especial àqueles ligados a trajetória política do Ferreira Filho, recompondo dessa forma a história política estado-novista regional.

1. O INTERVENTOR FERREIRA FILHO: A “BAMBOCHATA ADMINISTRATIVA DO ESTADO NOVO”

Após ter sido instaurado em 10 de novembro de 1937 o regime ditatorial denominado Estado Novo inaugurou-se uma fase em que o Brasil estaria diante de uma organização política centralizadora e autoritária que influenciaria todas as esferas políticas de poder principalmente nos municípios, os quais estariam sob interventoria federal.

O estudo sobre a administração municipal de Ferreira Filho²¹ em Passo Fundo, em momentos distintos ao longo dos anos de 1938 a 1947, que foi escritor, sociólogo, jornalista e historiador, de antiga família de São José do Norte, foi membro das seguintes instituições culturais: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria, Academia Sul Riograndense de Letras, Academia de Letras da Fronteira Oeste, Academia Passo-fundense de Letras. Recebeu as medalhas de Pacificador e Marechal Caetano de Farias por trabalho de História Militar. Exerceu, entre outros, os cargos de Delegado de Polícia, Juiz Municipal, prefeito dos municípios de Bom Jesus, Passo Fundo e São Leopoldo, chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura, Diretor da Biblioteca Pública. Tomou parte nas diversas lutas internas que aconteceram a partir de 1923, quando, muito jovem, foi secretário e, logo depois, comandante da vanguarda da Brigada do Nordeste, do Gen. Firmino Paim Filho. Mais tarde comandou com o posto de tenente coronel, um dos corpos da Brigada do coronel Vazulmiro Dutra.

Ao término do Estado Novo o governo de Ferreira Filho foi duramente criticado pelo Movimento de Reação Popular sob a liderança de Gomercindo dos Reis e de Antonio Carlos

²¹ As informações biográficas estão baseadas na obra: FILHO, Arthur Ferreira. **Revoluções e Caudilhos**. Porto Alegre. Editora Azul, [19--].

Menna Barreto²², Gomercindo dos Reis que foi comerciante, guarda livros em Porto Alegre, ferroviário e professor em Santa Maria, estudou e dedicou-se a arte de escrever poemas, pertencia ao Grêmio Cívico Riograndense, de Porto Alegre. Filiado ao tradicional “Partido Federalista”, tomou parte ativa na campanha de propaganda da candidatura do Francisco de Assis Brasil, em comícios e em reuniões políticas, pelos arrabaldes da capital gaúcha, em 1922. Terminada a revolução de 1923, Gomercindo dos Reis retornou para sua terra natal. Casou-se com dona Aida Michel Worm, de Porto Alegre e dessa união nascerem três filhas Lóia, Nema e Nira. Em 1931 fundou o “Birô dos Reis”, para corretagem em geral, cujo escritório dirigiu por mais de 30 anos na compra e venda de imóveis.²³

O golpe de 1937 afetou diretamente o governo municipal principalmente no que tange a indicação de interventores. Nos primeiros dois meses foram indicados dois passo-fundenses: Nelson Pereira Ehlers e Antero Marcelino da Silva Júnior. No entanto, para Gomercindo dos REIS o primeiro administrador estado-novista foi Ferreira Filho seguindo os critérios do governo federal, sendo esse um legítimo representante da política varguista no município.

De acordo com Gomercindo do Reis:

Vitorioso o fatídico golpe de 10 de novembro de 1937, Ferreira Filho assumiu a Prefeitura de Passo Fundo, como primeiro administrador estado-novista, em março de 1938, com a proteção da família Vargas e de Vazulmiro Dutra, que eram os mandões naquela época risonha²⁴...

A indicação de Ferreira Filho à prefeitura municipal está inteiramente ligada com a próspera relação constituída com a família Vargas e Vazulmiro Dutra²⁵ como nos relata MARTINS na sua obra “*Vazulmiro Dutra: A história de um caudilho*”. O autor cita a ligação de Ferreira Filho com Vazulmiro desde 1927: *Durante seu mandato na Prefeitura Municipal de Palmeira, teve como secretários Tarso Dutra, seu sobrinho, o historiador Arthur Ferreira Filho e Odalgiro Correia*²⁶.

²² Dedicava-se ao comércio em geral.

²³ Ver: NASCIMENTO, Welci; DALPAZ, Santana Rodrigues. **Vultos da História de Passo Fundo**. Passo Fundo. Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995, p.50.

²⁴ REIS, Gomercindo dos. **Defendendo a Verdade**. Passo Fundo. Empresa Gráfica-Editora, 1947, p. 4.

²⁵ Nasceu em São Borja (RS) no dia 25 de agosto de 1888, filho de Florentino Pereira Dutra e de Perpétua da Rocha Dutra. Completou apenas o curso primário e tornou-se fazendeiro, dedicando-se à pecuária em Palmeira das Missões. Ver: ABREU, Alzira Alves de et all. **Dicionário histórico-biográfico pós 1930**. 5 vols. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.1968, v.II..

²⁶ MARTINS, Luthero Dutra. **Vazulmiro Dutra: a história de um caudilho**. Passo Fundo: Editora UPF, 2005, p. 66.

A ligação de Vazulmiro Dutra com os Vargas remete aos tempos de São Borja quando Florentino Dutra, pai de Vazulmiro devido um incidente de Vazulmiro com a família Vasconcelos em detrimento do desvio de um rio, muito importante para a região e principalmente para as plantações de arroz de Florentino Dutra. O pai de Vazulmiro pediu que fosse até a barragem verificar a construção nas terras dos Vasconcelos, onde se defrontou com três homens a cavalo que logo começaram a atirar. Neste dia Vazulmiro matou os três homens e sofreu um ferimento à bala no pulmão. Diante do acontecimento, o coronel Florentino Dutra procurou Nascimento Vargas, para lhe pedir um conselho e esse disse: “*Levem o rapaz para longe daqui, pois eles o matarão, antes ou depois de qualquer julgamento.*”²⁷

Após esse episódio as famílias Dutra e Vargas estariam unidas, como nos descreve MARTINS:

(...) o general Nascimento Vargas, pai do futuro presidente da República Getúlio Vargas, era homem do campo, simples no trato e pronto a acolher e proteger os homens de campanha como Vazulmiro. Pela proteção que o Velho Vargas lhe deu, Vazulmiro considerou-se unido aos Vargas por gratidão²⁸.

Essa aliança tornou-se um forte vínculo político entre Vargas e Vazulmiro que posteriormente filiou-se ao Partido Republicano. Ao longo de sua trajetória política, Vargas sempre obteve apoio do coronel Vazulmiro Dutra que se fez presente com o 3º corpo auxiliar da Brigada Militar, em 1930 na Aliança Liberal e na Revolução de 1932, na qualidade de subchefe de polícia do Rio Grande do Sul contribuindo dominando pequenas insurreições de apoio a revoltosos. E, por último, no golpe de 1937 organizou um grupo armado e tomou a prefeitura de Palmeira das Missões, numa ação em que seu prestígio político pesou mais que a força militar. Em 1938 Vazulmiro Dutra exercia função de subchefe de polícia da 4ª região com sede em Cruz Alta.

Na Revolução de 1932 Ferreira Filho fazia parte do Estado-Maior da Brigada palmeirense em Passo Fundo, com o coronel Vazulmiro Dutra.

Vazulmiro foi encarregado de organizar corpos provisórios e seguir para a estação de Santa Bárbara, o que fez em quinze dias. Com cerca de 1500 homens nos três corpos, rumou para Passo Fundo, onde instalou seu quartel-general, e permaneceu

²⁷MARTINS, 2005, p.34.

²⁸Ibid., p.35.

para evitar qualquer levante armado inimigo. Sua presença, por si só, garantia a paz²⁹

A relação entre Vazulmiro Dutra e Getúlio Vargas também é evidenciada pelo jornal Diário da Manhã.

Após conferenciar com o chefe da nação, o sr. Vazulmiro Dutra apresentou ao sr. Getúlio Vargas todas as pessoas pertencentes a sua caravana. Da representação de Passo Fundo, fazem parte Odalgiro Corrêa e Armando de Souza Kanters, que também foram recebidos pelo presidente Vargas³⁰.

Com a influência política de Vazulmiro Dutra e o seu apoio incondicional a Vargas Ferreira Filho projetou-se na política regional. Em vias de ser indicado interventor, passo-fundenses enviaram um telegrama pedindo a sua vinda como interventor municipal, como nos informa o jornal Diário da Manhã.

[...] contendo grande número de assinaturas, foi passado ontem, ao coronel Cordeiro de Farias, interventor federal no Estado, um longo telegrama indicando o nome do coronel Arthur Ferreira Filho, atual diretor do Gabinete da Secretária da Agricultura para o cargo de prefeito desse município.[...] Abaixo assinados vg partidários sinceros Estado Novo vg implantando nossa grande Pátria pelo eminente Getúlio Vargas vg reconhecendo no Arthur Ferreira Filho o pioneiro dessa ideia nesta zona vg que a percorreu em todos os quadrantes pregando a boa doutrina e fundando centros políticos cívicos que amparassem sob a égide do grande chefe da nação vg vem declarar a v. excia. que receberiam com o maior prazer a nomeação desse ilustre gaúcho para o cargo de prefeito deste município. Saudações cordiais³¹.

As nomeações de interventores locais na política rio-grandense representa um momento de instabilidade política no Rio Grande do Sul como nos aponta ABREU:

(...) ainda que a derrubada de Flores da Cunha tenha permitido a Vargas decretar a intervenção federal no Rio Grande, não foi suficiente para garantir a estabilidade política e eliminar as disputas entre as facções oligárquicas pelo poder estadual, subordinando-se completamente à União. Para isso, foi necessário fazer-se concessão às oligarquias regionais, visando conciliar os interesses destas de manutenção do poder e do mando local, com os do Estado Novo, de centralização e união Nacional³².

²⁹ MARTINS, 2005, p. 79.

³⁰ Diária da Manhã, 12/01/1938, Passo Fundo.

³¹ Diário da Manhã, 11/03/1938, Passo Fundo.

³² ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUC, 2007, p. 149.

As regras para a nomeação de interventores davam preferência, a elementos estranhos ao Estado ou de origem militar; a seguir, um membro da oligarquia estadual, porém jovem; em último caso, um representante da própria oligarquia tradicional³³.

O autoritarismo da ditadura muitas vezes encoberto em belos discursos e ações sociais disfarçava o verdadeiro significado do Estado Novo que para CAPELATO: (...) *definiu-se pelo autoritarismo graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos; houve repressão e violência extrema expressa nos atos de tortura*³⁴.

Para ABREU durante o Estado Novo,

[...] os governos federais e estaduais mantiveram entre si uma relação de relativa autonomia ou de relativa dependência, o que garantiu o equilíbrio e a estabilidade do regime. Em nível regional, entretanto, este equilíbrio político dependeu não só da intervenção e das reformas implantadas pelo governo federal, mas principalmente do apoio e da conciliação entre as diversas facções oligárquicas locais.³⁵

O Estado Novo procurou reformular a administração pública, e para tal mudança buscou criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária, que se identificasse com os princípios do regime³⁶. Através da organização de órgãos competentes pela gerência do Estado Novo, nos estados e municípios foram indicados interventores. O sistema de interventorias se constituiu num aliado de confiança do presidente da República para a implementação do projeto centralizador.

No caso do Rio Grande do Sul foi nomeado o interventor estadual Daltro Filho³⁷. Embora a saída de Flores da Cunha Getúlio Vargas não conseguiu eliminar as disputas entre o PRL e a FUG, mas, no entanto conciliou os interesses de ambos os grupos.

³³ CARONE, Edgard. **O Estado Novo: 1937-1945**. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 151.

³⁴ CAPELATO, 2003, p.113.

³⁵ ABREU, op. Cit., p.221.

³⁶ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p.208.

³⁷ Nasceu em Cachoeira (BA) em 1882, 1930, combateu o movimento que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. Apesar de sua oposição à revolução, não se indispôs com o novo regime. Em agosto de 1937, Daltro Filho foi nomeado comandante da 3ª RM, sediada em Porto Alegre. Nesse posto, tomou as últimas medidas para afastar Flores da Cunha do governo gaúcho, o que veio a se efetivar no mês de outubro, após o decreto que colocava as Brigadas Militares do Estado sob o comando da 3ª RM. Em seguida, assumiu a interventoria federal no Estado, pouco antes da decretação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Sua permanência nesse posto, porém, foi bastante curta, sendo obrigado a se afastar por motivos de saúde. Morreu dias depois.

Nesse aspecto, foi organizada uma Comissão Mista³⁸ entre os grupos políticos para a divisão equitivamente dos cargos políticos e administrativos do governo entre as oligarquias regionais. Entretanto algumas vezes a Comissão Mista teve que aceitar as indicações dos municípios, sendo assim, uma política conciliatória e de concessões.

De forma geral, o relacionamento entre as autoridades estaduais e o poder local desenvolveu-se no sentido de respeitar-se o jogo político municipal. A Comissão Mista e o interventor atuaram conjuntamente nas definições políticas dos municípios em que os conflitos e as disputas colocavam em risco a manutenção do poder³⁹.

Nesse momento de instabilidade do governo federal Vargas necessitava solidificar suas bases políticas através dos interventores os quais iriam desempenhar um papel fundamental na legitimação e organização do Estado Novo. Além das dificuldades enfrentadas na consolidação do poder federal destacamos as disputas partidárias existentes no bojo das lideranças políticas gaúchas na indicação de Daltro Filho que precisou *negociar com as tradicionais elites políticas locais, a fim de dar sustentabilidade ao seu governo e eliminar os focos de resistência florista ainda existente*⁴⁰.

A reorganização política viabilizou a permanência desses grupos no poder, mesmo porque a nova diretriz política primava pela nacionalização, centralização e burocratização do Estado através de práticas administrativas e políticas. Por isso, era importante a eficácia e o comprometimento do interventor com o projeto de Vargas.

Para COLUSSI:

[...] a elite política gaúcha permaneceu com o controle político estadual e, mesmo, municipal porque aceitou a presença cada vez mais constante do governo federal fortalecido e que impunha novos procedimentos nas práticas políticas. O caráter elitista nesse processo foi marcante como no restante do Brasil⁴¹.

A nomeação de Ferreira Filho em suma é oriunda do acerto político da Comissão Mista que desde 1937 definia a forma de preenchimento das vagas nas prefeituras. Dentre as características exigidas para interventor Ferreira Filho fugia ao item “elemento

³⁸ Logo após a intervenção federal foi constituída uma comissão a fim de distribuir entre o PRR, PL e dissidência liberal os cargos do secretariado estadual, bem como a divisão das interventorias municipais entre essas forças políticas.

³⁹ COLUSSI, op. Cit., p.161.

⁴⁰ Ibid., p.155.

⁴¹ COLUSSI, op. cit., p.66.

estranho”, pois REIS nos informa que Ferreira filho era conhecido *no reduto passo-fundense, o qual percorria os municípios da região serrana na qualidade de emissário ou “recadeiro” dos Vargas. Nessas condições, aportou por aqui diversas vezes*⁴².

Em nota o jornal Diário da Manhã ratificou essa informação:

Por decreto de hoje o coronel Oswaldo Cordeiro de Faria, interventor federal, nomeou o Arthur Ferreira Filho, atual diretor do gabinete da Secretaria da Agricultura para exercer o cargo de prefeito do município de Passo Fundo, em substituição ao coronel Antero Marcelino da Silva Jr. que solicitou há tempo a exoneração de seu cargo. –o sr. Arthur Ferreira Filho já exerceu o cargo de intendente de Bom Jesus por espaço de quatro anos, para o qual fora eleito. **Em 1932 salientou-se como oficial extinto 24° C.A. da Brigada Militar, tendo sido nomeado em 1934 para o cargo de Delegado de Polícia deste município, cargo esse que desempenhou a contento geral da população.** O Arthur Ferreira Filho foi destacado líder da extinta dissidência liberal em vários municípios da região serrana, tendo sido após a queda do Flores da Cunha nomeado para o alto cargo de diretor da Secretaria da Agricultura⁴³. [Grifo nosso]

Sendo confirmada a indicação de Ferreira Filho, foi organizada uma comissão para recepcioná-lo sob a responsabilidade do sub-prefeito Abelio Condessa, conforme atesta a imprensa local:

“(…) viajando em automóvel, chegou ontem a esta cidade, procedente de Porto Alegre o Arthur Ferreira Filho, recentemente nomeado para vir exercer o cargo de prefeito deste município. A chegada do Arthur Ferreira Filho em Marau, distrito desse município, foi comunicada, pelo telefone, ao Abelio Condessa, sub-prefeito do 1° distrito e no exercício do cargo de Prefeito, que imediatamente organizou uma caravana para ir receber o novo prefeito na sede Independente, próxima a Uzina Elétrica.⁴⁴

Os passo-fundenses que apoiaram sua indicação os recepcionaram em Marau, bem como o conduziram até as instalações do Hotel Avenida.

Fizeram parte dessa caravana, entre muitas outras pessoas os srs. Abelio Condessa, Inocencio Scheleder, Odalgiro Corrêa e Filomeno Gomes, que conduziram o Arthur Ferreira Filho até o Hotel Avenida, onde se encontra hospedado. Durante toda a tarde de ontem foi grande o número de pessoas amigas que procuraram o novo edil passo-fundense para cumprimentá-lo e felicitá-lo pela sua nomeação.⁴⁵

⁴² REIS, 1947, p. 4.

⁴³ Diário da Manhã, 15/03/1938, Passo Fundo.

⁴⁴ Diário da Manhã, 19/03/1938, Passo Fundo.

⁴⁵ Diário da Manhã, 19/03/1938, Passo Fundo.

A solenidade de posse foi explicitamente festejada pelo jornal Diário da Manhã e por outros passo-fundenses que se fizeram presente.

A posse de Arthur Ferreira Filho no cargo de Prefeito está marcada para terça-feira da próxima semana e se revestirá de caráter solene. Para a solenidade da posse do Arthur Ferreira Filho, foi organizada a seguinte comissão: Abelio Condessa, Inocêncio Scheleder, Filomeno Gomes, **Antonio Carlos Menna Barreto**, Oscar Cezar, **Gomercindo dos Reis**, Odalgiro Corrêa, Armando de Souza Kanters, Arthur Leite, Verdi De Cesaro, M. B. Salvado e Gelso Ribeiro. Empossará solenemente o novo prefeito, no salão nobre da Prefeitura terça-feira às 10 horas da manhã, o sub-prefeito em exercício, Abelio Condessa. Para esse ato conforme convite que estampamos em outro local desta folha. São convidados as altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como, a população em geral. A posse do Arthur Ferreira Filho será assinada ainda por outras festividades, as quais destacaremos na próxima edição⁴⁶. [Grifo nosso]

Entre os organizadores da recepção destacamos a participação de Gomercindo dos Reis e Antonio Carlos Menna Barreto, que ao término do Estado Novo reafirmaram publicamente sua oposição sob a égide do Movimento de Reação Popular e do Partido Libertador contra Ferreira Filho. Inicialmente estes fizeram parte do grupo dos “simpatizantes” da política estado-novista e da recepção a Ferreira Filho.

Para RÉMOND,

O político não tem fronteiras, ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público⁴⁷.

Essa fronteira flexível entre estar na oposição, bem como na situação é vertiginosamente transposta no jogo de interesses econômicos, políticos e sociais em que esses grupos interagiram.

Em entrevista ao jornal Diário da Manhã após a posse, Ferreira Filho discursou sobre os seus propósitos e o quanto estava satisfeito com a sua nomeação.

⁴⁶ Diário da Manhã, 19/03/1938, Passo Fundo.

⁴⁷ RÉMOND, 1996, p.442.

(...) de início o Sr. Arthur Ferreira Filho nos declarou que aceitou o cargo de prefeito de Passo Fundo, e para aqui veio, com o firme propósito de cuidar com carinho, da administração pública do município. Assim sendo, procurará tão somente dedicar toda a sua atenção e todo o seu tempo aos assuntos que se relacionem com as funções de prefeito, interpretando assim, o espírito da nova ordem de coisas implantada no Brasil com o advento da constituição de 10 de novembro de 1937⁴⁸.

Nesta entrevista também foram tratados seis assuntos de ordem administrativa que deveriam ter imediata solução entre eles: o saneamento básico; a energia elétrica; a instrução pública; a assistência social; o plano para remodelar a cidade e finalmente arrecadação e a reforma escrita⁴⁹ do tesouro municipal. Foram apresentadas algumas propostas para a solução de alguns problemas. O caso do saneamento básico e da instalação da rede de água e esgoto, Ferreira Filho sugeriu a instalação de uma rede de água por captação natural, bem como o fornecimento de água através de poços semi-surgentes.

Em relação à energia elétrica Ferreira Filho declarou:

(...) que irá procura na medida do possível e, dentro das possibilidades econômicas do município, tratar sem muita demora, da construção de uma usina elétrica com a capacidade para proporcionar, aos consumidores, força e luz a menor preço⁵⁰.

Entre os anos de 1942 e 1945 a seca foi um dos problemas enfrentados pelos brasileiros, principalmente na região sul. Nessa época, a cidade de Passo Fundo ficou completamente sem água e luz. *A falta de água e luz, era uma tortura, um sofrimento. Havia gente que, de tanto viver as escuras e sem água, já tinha a alma negra e a cara mal lavada, simbolizando perfeitamente o “negrume” e a sujeira do Estado Novo*⁵¹. Sobre a falta de um conjunto termo elétrico Ferreira Filho absteve-se da construção e segundo Gomercindo dos Reis, esse problema poderia ter sido resolvido nos primeiros anos de seu governo, mas, no entanto, esse não foi solucionado devido a impropriedade administrativa de Ferreira Filho.

Conforme Gomercindo dos Reis:

⁴⁸ Diário da Manhã, 22/03/1938, Passo Fundo.

⁴⁹ A reforma escrita seria a reestruturação dos arquivos públicos e principalmente na organização e armanejamento dos dados referentes a tributação do município, entre essas mudanças, o detalhamento da arrecadação dos impostos e a relação dos inadimplentes.

⁵⁰ Diário da Manhã, 22/03/1938, Passo Fundo.

⁵¹ REIS, 1947, p.32.

Como prefeito ditatorial, protegido pelos “mandões” daquela época, a sua primeira preocupação deveria ser o problema da luz para iluminar a cidade, da força matriz para mover as máquinas do nosso parque industrial. S.s. poderia ter construído a represa do Capigui quando a saca de cimento custava apenas 14 cruzeiros e a mão de obra 60% menos do que vale hoje. Entretanto, o projeto de construção da grandiosa represa, nem sequer (Sic) foi lembrado nos longos anos da sua desastrosa administração. Mais uma vez, a política de campanário travou o progresso de Passo Fundo e causou malefícios incalculáveis ao nosso povo, não permitindo a construção desse maravilhoso lago, que só foi atacado mais tarde, pelo Victor Graeff. Ferreira Filho passou pela Prefeitura, mas os nossos problemas administrativos não passaram pelo seu cérebro: ficaram em brancas nuvens... (...) Arthur Ferreira Filho, que assumiu a Prefeitura, em março de 1938 (um ano antes da guerra), poderia ter adquirido um conjunto termoeletrico com relativa facilidade e por baixo preço⁵².

Sobre a assistência social Ferreira Filho declarou (...) *que pretende introduzir importantes e imprescindíveis reformas nesse departamento, a fim de ampliar e proporcionar melhor assistência do poder público aos verdadeiros necessitados*⁵³.

Em relação a melhorias no espaço urbano, Ferreira Filho apresentou a seguinte proposta:

(...) que a prefeitura prosseguirá no serviço de calçamento da Avenida Brasil, no Boqueirão, e na remodelação da praça Marechal Floriano, cujas obras já estão adiantadas, assim como atacará o serviço de calçamento de diversas outras ruas que estão necessitando de melhoramento⁵⁴.

É importante salientar que essas promessas não foram cumpridas por Ferreira Filho, além disso, se tornaram as principais fontes das denúncias dos opositores, que anos mais tarde, tornaram-se públicas quando os livros de Gomercindo dos Reis foram publicados. E finalmente o último item da pauta da entrevista que versava sobre a arrecadação e a reforma escrita do tesouro municipal, o interventor afirmava que:

(...) pretende organizar um plano destinado a melhorar o nosso atual sistema de arrecadação, fazendo com que todos paguem equitativamente os seus impostos, e fará ainda uma completa reforma na escrituração usada pela prefeitura municipal⁵⁵.

⁵² REIS, 1947, p. 34 - 35.

⁵³ Diário da Manhã, 22/03/1938, Passo Fundo.

⁵⁴ Diário da Manhã, 22/03/1938, Passo Fundo.

⁵⁵ Diário da Manhã, 22/03/1939, Passo Fundo.

Ainda o jornal fez menção a confraternização organizada pela Comissão que ofereceu um churrasco na sociedade alemã regado de chopp e vinho nacional ao meio dia e a noite, no salão principal do Hotel Franz, os sub-prefeitos dos distritos realizaram um banquete em homenagem a Ferreira Filho e convidaram pessoas da região com destaque o coronel Vazulmiro Dutra.

O discurso proferido em março de 1938 na posse da sua primeira administração o prefeito empossado Ferreira Filho fez referencia a confiança depositada pelos passo-fundenses, bem como, pelo coronel Vazulmiro Dutra.

(...) dentro das possibilidades financeiras do município a prefeitura irá realizando, sem desfalecimentos, os serviços que a necessidade publica está a reclamar. Estou convencido de ter o apoio do nobre povo de Passo Fundo, logo que fique demonstrado, por atas inequívocas (sic), a sinceridade dos meus propósitos. Os meus amigos, os que desejaram minha vinda para este posto de responsabilidades, estes me auxiliarão desde já com desinteressado apoio, para que eu possa receber os aplausos do futuro, que eles também atingirão. Do honrado funcionalismo municipal espero que há de executar minhas instruções para que eu, que sou o responsável, não encontre obstáculos, na própria máquina administrativa. **Finalmente ao coronel Vazulmiro Dutra, ilustre Delegado Regional, que lembrou meu nome para este honroso cargo, agradeço essa alta distinção e asseguro-lhe que darei o melhor dos meus esforços para promover o bem desta grande comuna riograndense (sic)**⁵⁶. [Grifo nosso]

Em tempos de ditadura, a população e as demais lideranças políticas oposicionistas foram obrigadas a acatarem a indicação de Ferreira Filho, mas, no entanto, em sua primeira decisão administrativa referente ao Arrendamento do Matadouro Público foi repudiado pela população e os representantes do recém criado Conselho Consultivo Municipal formado por: Arthur Langaro, Inocência Schleder, Dorval Miranda, Hélio Morsch, Verdi De Cesaro, Adão Kern, Aristóteles Lima, Mario de Lemos Braga e Túlio Fontoura.

No discurso de instalação do Conselho Consultivo Municipal Ferreira Filho enaltecia o regime de Vargas e a receptividade da população local (...) *recebido com inequívocas expressões de simpatia e confiança, eu constatei, prazerosamente, que a grande maioria dos passo-fundenses, já se identificara com o novo regime e aplaudia o descerrar das cortinas para o sopro renovador*⁵⁷.

Porém, esse Conselho “teve vida efêmera, porque o Prefeito pretendeu expor ao ridículo, resolvendo as questões mais importantes á revelia dos seus membros que só eram

⁵⁶ Diário da Manhã, 23/03/1938, Passo Fundo.

⁵⁷ Diário da Manhã, 01/05/1938, Passo Fundo.

convocados para opinar sobre assuntos banais, como os vasilhames que seriam adotados pelos leiteiros, etc...”⁵⁸ Noticiado pelo O Nacional a saída de alguns membros do Conselho Consultivo Municipal em 24 de agosto de 1938, a réplica de Ferreira Filho veio rápida. Em carta ao jornal o interventor dizia:

(...) o vosso conceituado jornal publicou em sua edição de hoje, no alto da primeira página, em letras graúdas, uma notícia que se afasta lamentavelmente da verdade. Até este momento (17 horas) não se efetivou nenhuma renúncia de membros do Conselho Consultivo. Assim, seria de interesse público que a notícia sobre a crise do conselho municipal fosse reduzida as suas devidas proporções. Com o maior apreço e consideração sou vosso patricio atento Arthur Ferreira Filho – Prefeito⁵⁹.

No entanto, a solicitação não surtiu efeito e o diretor do jornal manteve a notícia ratificando a autenticidade e ética das informações.

“(...) efetivamente tivemos oportunidade de ler uma cópia devidamente assinada pelos senhores membros do conselho que citamos, do ofício que enviaram ao prefeito municipal, depondo em suas mãos os seus cargos o que outra coisa não é senão uma renúncia⁶⁰”.

No entanto, o interventor não imaginava que ao decidir pelo arrendamento do Matadouro Público iria gerar descontentamentos da população em relação à sua administração que, ao longo dos anos se tornaria alvo de uma série de denúncias que acabaram por qualificá-la como bambochata⁶¹ que no dicionário Aurélio⁶² encontra os seguintes significados: patuscada, pândenga, negócio suspeito, orgias.

1.1. Denuncismo: Sobre a “Era Ferreirista”

⁵⁸ REIS, 1947, p.08.

⁵⁹ O Nacional 25/08/1938, Passo Fundo.

⁶⁰ O Nacional, 25/08/1938, Passo Fundo.

⁶¹ Ver ilustração no anexo 01 das orgias dos adeptos da ditadura e principalmente da administração municipal de Ferreira Filho em fartos encontros de confraternização, portanto, um termo adequado a ilustração.

⁶² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário de Língua Portuguesa. 6ª edição. Curitiba. Editora Positivo, 2008

O denunciismo foi muito utilizado no período da ditadura getulista, pois assim, a população era alertada dos indícios de irregularidades administrativas apontadas principalmente pelos opositores. As denúncias relatadas no *Defendendo a Verdade* foram analisadas com os relatórios municipais emitidos pela Prefeitura Municipal ao interventor estadual e, estas estavam distantes de atingirem algum ponto em comum. Entre as críticas a mais pautada estava relacionada às festas organizadas pelos adeptos a Ferreira Filho que para eles não passavam de “gozadores do Estado Novo que estavam revivendo as orgias e os banquetes de Nero”.⁶³

Para os opositores as ações administrativas de Ferreira Filho não se restringiram apenas a sessões solenes, mas sim a vários eventos, que posteriormente foram citados por Gomercindo dos Reis. *Em vez de administrar a comuna, desperdiçava o precioso tempo recebendo visitas e organizando recepções pomposas, como “churrasqueadas”, “banquetórios”, comezainas para seus amigos e correligionários.*⁶⁴

As denúncias referentes a esses encontros e/ou “festinhas”, a princípio não abalavam a estrutura do seu governo, bem como, não alteraria o tempo de sua permanência aqui na cidade. O relatório do primeiro ano de sua administração relatava a boa situação passo-fundense ao interventor estadual Cordeiro de Farias, nesse havia dados referentes ao desenvolvimento econômico e principalmente da campanha de nacionalização do país.

Constava no relatório que:

“A situação econômica de Passo Fundo é das mais florescentes. Grande produtor de trigo, vem aumentando suas riquezas no cultivo desse cereal e ainda na grande produção de banha, madeiras, erva mate, milho, cevada e numerosos outros produtos de sua lavoura, sua pecuária e sua indústria, já muito desenvolvida. O amparo que o governo do Estado vem dando a agricultura deste Município e ainda, a grande estação Experimental que o Ministério da Agricultura está construindo em Engenheiro Luiz Englert, distrito de Coxilha, tem sobremodo contribuindo para a prosperidade econômica que temos a satisfação de registrar⁶⁵”.

No entanto, para NASCIMENTO,

⁶³ REIS, 1947, p.23.

⁶⁴ REIS, 1947, p. 24.

⁶⁵ Relatório municipal de Passo Fundo apresentado pelo Prefeito Arthur Ferreira Filho ao Interventor Estadual Cel. Cordeiro de Farias ao término do ano de 1938, p. 9. Fonte: Arquivo Histórico Regional.

O relatório de 1938 explicita-se a preocupação com a campanha nacionalizadora, de modo que professores, dirigentes municipais e militares empenhavam-se em promover a campanha de nacionalização pretendida pelo governo Vargas.⁶⁶

As informações contidas nos relatórios estavam distantes da realidade do município que ainda permanecia na expectativa da realização das promessas vãs de Ferreira Filho e dos funcionários que aqui passavam.

[...] os funcionários da União ou do Estado sempre eram recepcionados com “banquetes” e esses prometiam o prédio para os correios e telégrafos, a escola complementar, a represa do jacuí, estradas de ferro. Entretanto, essas obras não se realizavam nunca: não passavam de promessas vãs, feitas intencionalmente, a pedido de Ferreira Filho.⁶⁷

Apesar do otimismo do interventor, o caso da energia elétrica continuava na pauta dos opositores, conforme se pode atestar:

Porém, passaram-se dias, semanas, meses e o governo não tomava providências do sentido de iniciar a construção da decantada usina de emergência, quando s.s. percebeu então, que estava sendo “tapeado” com promessas vãs⁶⁸...

Ao longo de sua permanência na prefeitura municipal muitas foram às denúncias sobre seus atos administrativos alguns deles de suma importância como foi o caso da construção da usina termoelétrica, bem como, outros de menor importância como foi o caso da arborização da Avenida General Netto, inicialmente os opositores denunciaram por motivos financeiros, depois por questões urbanísticas em função das mudas destruírem as calçadas, além disso, elas iriam morrer por terem sido plantadas fora de época e isso acarretaria prejuízos para o município.

Diante deste episódio constatamos que os opositores realmente queriam perturbar Ferreira Filho de qualquer forma, a partir do descaso municipal em resolver esse problema de arborização eles resolveram publicar um artigo denunciando a população os gastos irrisórios, no entanto, o artigo foi censurado pelo Delegado de Polícia, e eles foram advertidos.

⁶⁶ NASCIMENTO, Márcia do. Prazer marginal e política alternativa: a zona do meretrício em Passo Fundo (1939-1945). Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo (Dissertação de Mestrado), 2002, p.60.

⁶⁷ REIS, 1947, p.24

⁶⁸ REIS, 1947, p.36.

Qualquer insistência ou teimosia, nesse sentido, levaria o autor da missiva á cadeia, e ainda seria processado por desacato á autoridade competente, ou remetido para o Rio de Janeiro como incurso na famosa Lei de Segurança Nacional. Nessa época, éramos intimados, quase que diariamente, a comparecer á Delegacia de Polícia, e aconselhados, pelo delegado, a não criticar a administração de Ferreira Filho e muito menos acusá-lo de atos desonestos⁶⁹....

A imprensa desempenhou um papel importante na manutenção do Estado Novo principalmente com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda. O jornal local Diário da Manhã alinhado com a política de Vargas, também foi um dos alicerces na sustentação política de Ferreira Filho.

Nesse sentido, a oposição referia que:

Cada dia que assinalava a passagem de mais um ano de sua “sábua” “honesta” e “maravilhosa” administração, como diziam os **seus jornais** s.s. era homenageado com lautos banquetes, em regozijo de mais etapa vencida, em prol do engrandecimento desta terra⁷⁰...[Grifo nosso]

Para a oposição ele precisava de prestígio:

[...] Filho necessitava alardear prestígio, embora falso, para que chegasse ao conhecimento do Interventor e do Secretariado, que s. Excia. Estava sendo homenageado pelos representantes do alto comércio e pelo povo desta terra, como noticiavam os **seus jornais**⁷¹. [Grifo Nosso]

No campo financeiro, a política do Estado Novo procurou fixar-se dentro de concepções conservadoras, encarnadas pelo ministro da Fazenda Souza Costa, que Getúlio manteve no cargo praticamente durante todo o período⁷². Para podermos ilustrar os referidos gastos públicos da administração municipal em decorrência das denúncias de festas promovidas com o dinheiro público, iremos discorrer sobre as competências do prefeito segundo a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

⁶⁹ REIS, 1947, p. 15

⁷⁰ REIS, 1947, p. 23.

⁷¹ REIS, 1947, p.27.

⁷² FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004, p. 373.

Art. 12. Compete ao Prefeito:

- I – expedir decretos-leis nas matérias da competência do Município;
- II – expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do município;
- III – organizar o projeto de orçamento do Município, e sancioná-los depois de revisto pelo Interventor ou Governador, que o remeterá ao Departamento Administrativo para os efeitos do art. 17, letra b;
- IV – nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários municipais, e impor-lhes penas disciplinares, respeitando o disposto na Constituição e nas leis;
- V – praticar todos os atos necessários à administração do Município e a sua representação⁷³.

No último inciso do art. 12 em que o prefeito deve *praticar todos os atos necessários à administração do Município e à sua representação*, estariam inclusos jantares, banquetes e churrasqueadas pagas com dinheiro dos cofres públicos?

Para a oposição,

Indubitavelmente, a Ditadura getuliana foi a era dos filo-panças. Quem observava tinha a impressão que os gozadores do Estado Novo estavam revivendo as orgias e os banquetes de Nero... Qualquer acontecimento fútil era festejado com farto regabofê, onde os convivas tomavam vinhaças e barris de chopps. Em Passo Fundo, os banquetes eram realizados no café Elite, dos irmãos Bordignon, e os churrascos nos pavilhões da Exposição. Também deliciavam o estomago com fartas comezainas noutros locais “alegres”, onde as ébrias Messalinas prestavam fervoroso culto á Baco, numa farra louca, abraçando e saudando as personalidades do governo forte... Quando Ferreira Filho fazia anos, por exemplo, a turma se cotizava e saía banquete de estouro a 60 cruzeiros o talher, regado a vinhos finos e champagne⁷⁴...

A oposição acusava também que além de promover as festas também transportava os convidados com o automóvel da prefeitura, “*a fim de conseguir adesão do funcionalismo público e de todos os presidentes dos numerosos sindicatos, associações de classe e da Liga de Defesa Nacional*”⁷⁵.

Esses abusos, de acordo com os opositores, perpetuaram até o fim de sua administração em fevereiro de 1947. No entanto, após o fim da ditadura esses descabros administrativos foram denunciados pelo diretório municipal do PL ao General Horta Barbosa, presidente do Departamento Nacional do Petróleo, e protestaram:

⁷³ CARONE, Edgard. **A terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 157-158.

⁷⁴ REIS, 1947, p.23.

⁷⁵ Ibid., p.25.

[...] contra a atitude do prefeito coronel Arthur Ferreira Filho, percorrendo distritos em missão política, utilizando-se do automóvel oficial da prefeitura. Solicitou, então providências no sentido do fornecimento da gasolina para a propaganda eleitoral também dos outros partidos, mediante o pagamento pelo caixa do partido, ou seja, pela prefeitura⁷⁶.

A participação de Ferreira Filho na política regional está associada as suas ligações com os interventores estaduais nomeados para a chefia do Estado. Ao longo de sua trajetória sempre esteve ocupando cargos nomeados, bem como, atendendo as necessidades da política varguista. Portanto, constituiu sua carreira nas oportunidades oferecidas pelo governo sendo assim, um político de menor esforço que usufruiu do poder e do prestígio dos cargos nomeados.

1.2. Ferreira Filho e os interventores Estaduais

As três nomeações de Ferreira Filho realizadas pelos interventores estaduais em momentos distintos da era getulista deram-se da seguinte forma: a primeira em 1938, num momento de ajustes e instabilidade política na implantação do regime, a segunda em 1944, período em que o Brasil estreitava laços com os países aliados na Segunda Guerra Mundial e a última em fevereiro de 1946, quando o país vivia a reestruturação política partidária.

Na primeira nomeação Ferreira Filho é recebido com solenidade e festejos, permaneceu na administração municipal aproximadamente seis anos, neste tempo foi pressionado pelos opositores através de várias críticas relacionadas às obras públicas que o município necessitava e que ele não realizou.

[...] na triste ditadura getuliana, durante 15 anos, gastaram muito não fizeram nada, precisamos, agora, na Democracia, realizar as obras que necessita a comuna, sem esbanjamento de dinheiro, aplicando bem o erário público, para que o mesmo não possa reverter em benefício do próprio povo, através de obras úteis.⁷⁷

⁷⁶ OLIVEIRA, Lisandre Madianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul: O diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias**. Porto Alegre, 2008, p.74. Tese de Doutorado Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁷⁷ REIS, 1947, p. 157.

Em relação à segunda indicação Ferreira Filho justifica-se:

[...] fui nomeado em consequencia das ideias expostas por Cilon Rosa, logo após ter aceitado o cargo de secretário do Interior, quando disse que os prefeitos seriam escolhidos entre os cidadãos que desfrutassem iniludível apoio popular nos respectivos municípios⁷⁸.

O discurso de posse também se encaminhava para uma política de conciliação.

[...] não é, portanto, para ser servido, mas para trabalhar e servir que estou aqui novamente entre vós. Tratei da organização de todos os serviços públicos ao meu alcance, procurando ultimar obras já em começo, iniciando outras de interesse da cidade e do Município. Desejo, para isso, a cooperação de todos os cidadãos de boa vontade e estarei sempre pronto a receber, as sugestões das entidades coletivas e particulares.⁷⁹

Mais adiante, faz novas promessas de realizações para seu segundo governo a população.

[...] advogarei, junto aos poderes da União e do Estado, medidas por que ansiosa e legitimamente esperamos: a construção do Edifício dos Correios e Telégrafos, da Escola Normal, do quartel do 3º Regimento da Cavalaria da Brigada Militar e outras cujos terrenos foram, a longo tempo, doados pelo Município.⁸⁰

Este segundo governo por sua vez, foi de curta duração em detrimento das muitas contradições na conjuntura política brasileira, internamente sob pressões de um regime ditatorial, que por lado apoiava a política democrática adotada pelos países aliados, Getúlio Vargas em outubro de 1945 é deposto e entrega o governo para o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares. Em consequencia, no dia primeiro de novembro Ernesto Dornelles foi substituído na interventoria gaúcha pelo desembargador Samuel Silva.

Após o pleito eleitoral a Presidência da República em dezembro de 1945 e da vitória do general Eurico Gaspar Dutra, Cilon Rosa foi nomeado interventor federal para o estado gaúcho. Para a tristeza dos opositores Ferreira Filho é nomeado pela terceira vez prefeito

⁷⁸ Diário da Manhã, 29/10/1944, Passo Fundo.

⁷⁹ Diário da Manhã, 29/10/1944, Passo Fundo.

⁸⁰ Diário da Manhã, 29/10/1944, Passo Fundo.

municipal de Passo Fundo. Em 1944, Cilon Rosa já havia influenciado Ernesto Dornelles para a sua indicação a interventoria municipal.

Mesmo após o término do Estado Novo a política de favorecimento permaneceu e seus apadrinhados continuaram a exercer cargos públicos. Observa-se que mesmo após várias denúncias da oposição referentes ao comportamento de Ferreira Filho, esse permanece na política local até fevereiro de 1947.

Todas as acusações refletem uma sequencia de mágoas guardadas pelos opositores ao longo do seu governo. No discurso de posse da segunda administração de Ferreira Filho, um dos chefes locais de maior prestígio Nicolau de Araújo Vergueiro faz menção a esses ressentimentos, oriundos das agitações políticas, por ele denominadas “*pequeninas lutas internas*”.

[...] Bem maiores são hoje, Sr. Arthur Ferreira Filho, as vossas responsabilidades: aqui chegastes, em 1938, pouco conhecido e depois de longos períodos de forte agitação política, onde a ebulição das paixões era enorme com os respectivos ressentimentos. Nada tendes que ver com as dissensões locais que, por ventura, existam: os vossos não vos criarão embaraços, não vos pedem, não desejam e não permitem que encampeis pequeninas lutas internas sem a menor importância em face da grandeza de todo administrar com justiça e fomentar progresso em todos os seus setores⁸¹.

Além de mencionar os ressentimentos Nicolau de Araújo Vergueiro também cita o descaso que Ferreira Filho deveria dar a “*pequeninas lutas internas*” em outras palavras a oposição. Em nossa pesquisa não encontramos denúncias referentes aos atos administrativos dos outros interventores nomeados⁸² para o município de Passo Fundo.

Os interventores estaduais gaúchos desempenharam um papel importante no arcabouço do Estado Novo. No Rio Grande do Sul, estado de tradição política autonomista e regionalista, a divisão das oligarquias locais e o enfraquecimento militar de Flores da Cunha minaram o último foco de resistência à centralização do poder, levando o governador à renúncia e permitindo ao governo federal decretar a intervenção no Estado gaúcho⁸³.

De acordo com ABREU,

⁸¹ Diário da Manhã, 29/10/1944, Passo Fundo.

⁸² Victor Graeff, Raul Cauduro e Francisco Antonino Xavier e Oliveira.

⁸³ ABREU, 2007, p. 148.

Essa relação estabelecida entre os interventores e as oligarquias locais foi de subordinação, pois, a construção de uma unidade nacional dependia também da conquista de apoios locais, à base de concessões e trocas de favores políticos – clientelismo – com as oligarquias tradicionais⁸⁴.

Além de estabilizar o governo estadual esses interventores deveriam indicar os prefeitos municipais e os demais cargos administrativos entre as diversas facções da Comissão Mista⁸⁵. A primeira nomeação de Ferreira Filho em 1938 ocorreu na gestão do interventor estadual Cordeiro de Farias que havia sido nomeado após a morte de Daltro Filho⁸⁶.

A preocupação de Getúlio Vargas na substituição de Daltro Filho estava relacionada com a possibilidade de instabilidade política no Rio Grande do Sul, por isso, era importante que o sucessor de Daltro deveria ser alguém próximo a ele, que desse continuidade às suas ações e acordos políticos e que não sofresse grande rejeição por parte das elites locais⁸⁷.

A escolha de Cordeiro de Farias⁸⁸ para a chefia do Estado para ABREU foi um ponto de equilíbrio, pois,

(...) durante seus anos de governo, o rio Grande do Sul viveu um período de relativo equilíbrio entre as facções políticas locais e de crescimento dos investimentos públicos – correspondendo também ao período de maior prestígio e estabilidade política do Estado Novo⁸⁹.

A ação administrativa de Cordeiro de Farias destacou-se pela ênfase nos setores sanitários, educacional e rodoviário, onde obteve considerável nível de desenvolvimento. Sob a perspectiva administrativa Ferreira Filho não solucionou os problemas existentes no município mencionados na entrevista ao jornal Diário da Manhã em março de 1938, pois ao

⁸⁴ Ibid., p.155.

⁸⁵ Formada por representantes dos partidos políticos que haviam se aliado a Getúlio Vargas quando da derrubada de Flores da Cunha. Essa comissão definiram critérios que norteariam a divisão dos municípios entre os partidos gaúchos já extintos: Partido Republicano Rio-Grandense, Partido Libertador e dissidência liberal. Ver: COLUSSI, Eliane Lucia. **Estado Novo e Municipalismo Gaúcho**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

⁸⁶ Apesar de sua curta duração – as diretrizes que pautariam a atuação dos interventores gaúchos durante o Estado Novo e suas relações com o governo federal e com as oligarquias locais. Ainda que seus projetos de reforma e de investimento em educação, saúde e rodovias não tenham tido tempo para efetivar-se ou serem concluídos, estas mesmas prioridades serão mantidas durante o governo de seu sucessor – Cordeiro de Farias. Ver: ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto alegre: EDIPUC, 2007, p. 238.

⁸⁷ ABREU, 2007, p. 243.

⁸⁸ Nasceu em Jaguarão (RS) no dia 16 de agosto de 1901, filho de Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias e de Corina Padilha Cordeiro de Farias. Militar, participou da Revolução de 1922, 1924, da Coluna Prestes, da Revolução de 1930. Ver: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Volume II. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 2097-2099.

⁸⁹ ABREU, op. Cit., p. 245.

término do seu mandato em 1944 esses problemas ainda não haviam sido resolvidos de acordo com as denúncias dos opositores.

Em meados de setembro de 1943 Cordeiro de Farias transferiu a chefia do governo estadual para Ernesto Dornelles, em decorrência de o Brasil ter decidido em participar da Segunda Guerra Mundial.

Para ABREU,

(...) acabou por desencadear um período de maior instabilidade política e social no país, o que veio abalar a própria ordem autoritária do Estado Novo. No Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias solicitou o seu desligamento da interventoria gaúcha para juntar-se a FEB, o que também representou uma ameaça à ordem e o equilíbrio político regional⁹⁰.

A nomeação de Ernesto Dornelles⁹¹ para o Estado ocorreu em 11 de setembro de 1943. O presidente Getúlio Vargas mesmo sem a consulta e a aprovação dos chefes políticos rio-grandenses o indicou. Por isso, Ernesto Dornelles manteve o mesmo secretariado, à exceção de duas pastas. Com essa medida, de certo modo, conseguiu apaziguar a situação entre os descontentes. Por outro lado, a nomeação de Alberto Pasqualini para a pasta do Interior, ex-libertador e adepto ao regime democrático, despertou certa simpatia entre os antigetulistas.

Nesse processo de democratização o Brasil se encaminhava para o fim da ditadura estado-novista, bem como para as eleições a Presidência da República, e conseqüentemente a todas as esferas de poder municipal e estadual. O processo democrático avidamente elegeu os candidatos dos grupos que compunham os partidos políticos criados após 1945 o PSD, o PTB e a UDN.

Em janeiro de 1946 Ferreira Filho foi nomeado pela terceira vez para administrar Passo Fundo por intermédio de Cilon Rosa⁹². A posse de Ferreira Filho ocorreu em fevereiro

⁹⁰ Ibid., p. 275.

⁹¹ Nasceu em São Borja (RS) no dia 20 de setembro de 1897, filho do general Ernesto Francisco Dornelles e de Amélia Rodrigues Dornelles. Era primo de Getúlio Vargas. Militar, participou da Revolução de 1930, além do seu parentesco com Vargas, era cunhado de Benedito Valadares importante político de Minas Gerais. Em 1936, foi nomeado chefe de polícia de Minas Gerais, permaneceu no cargo até novembro de 1942. No fim desse ano, foi transferido para o gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra, aí serviu até 1943, ano em que, no mês de abril, foi promovido a tenente-coronel. Em 1945 foi um dos responsáveis pela formação do Partido Social Democrático no Rio Grande do Sul. Ver. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Volume II. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1903.

⁹² Pompílio Cilon Fernandes Rosa, nasceu em Montenegro (RS) no dia 27 de maio de 1897, filho de Antônio Machado Rosa e de Orsina Fernandes Rosa. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1923. Participou ativamente na Revolução de 1930, integrando as forças revolucionárias da chamada Coluna do Nordeste, sob o comando do general Valdomiro Lima, que saiu do Rio Grande do Sul e chegou até o Rio de Janeiro. Em 1934 elegeu-se a deputado à Assembleia Constituinte estadual na legenda do Partido Republicano

de 1946, estiveram presentes autoridades civis, militares, eclesiásticas, dirigentes do PSD local e distritais, uma Delegação do PTB e alguns líderes udenistas⁹³.

Em discurso, Ferreira Filho justifica a sua terceira volta a esse município *“minha volta a esse cargo é uma consequência lógica dos resultados das eleições de dois de dezembro”*.⁹⁴

A articulação do PSD foi essencialmente organizada pelos interventores estaduais e municipais estado-novistas, os quais permaneceram no poder mesmo após democratização do país. Para a oposição a presença de Ferreira Filho na política local é de responsabilidade dos interventores estaduais Ernesto Dornelles e Cilon Rosa, principalmente pelo segundo e o terceiro mandado de Ferreira Filho.

A responsabilidade desses descabros administrativos e do nosso sofrimento, durante longos anos, cabe exclusivamente a Ernesto Dornelles e Cilon Rosa, estadistas de meia tigela, e protetores de Ferreira Filho, prefeito que nos foi imposto por atos ditatoriais⁹⁵.

A seguir iremos contextualizar a mídia na construção e manutenção da ordem vigente do Estado no Novo em Passo Fundo. A imprensa sempre desempenhou um lugar de destaque no cenário da política local, por isso, iremos discorrer sobre o papel da imprensa na administração municipal de Ferreira Filho.

1.3. Os dois lados de Ferreira Filho sob o prisma da imprensa local.

A origem do jornalismo está ligada a essa necessidade das pessoas de expressarem o que sentem. Primeiramente, a atividade de transmissão das notícias era feita por arautos, mensageiros e fofoqueiros profissionais, o que não pode ser considerado, ainda jornalismo. Com a invenção da imprensa no século XV, no período de saída da Idade das Trevas para o

Liberal (PRL). Após o advento do novo regime em novembro de 1937, ocupou o cargo de diretor-presidente da Caixa Econômica Federal de seu estado entre os anos de 1938-1943. No ano seguinte substituiu Alberto Pasqualini na direção da Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, durante a gestão do interventor Ernesto Dornelles. Ver: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Volume V. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 5132.

⁹³ Diário da Manhã, 24/02/1946, Passo Fundo.

⁹⁴ Diário da Manhã, 24/02/1946, Passo Fundo.

⁹⁵ REIS, 1947, p. 141.

Iluminismo, surgem as primeiras folhas noticiosas e jornais, que aos poucos vão tomando forma de Jornalismo propriamente dito⁹⁶.

No Brasil a chegada do primeiro material tipográfico está ligada com a vinda da família real portuguesa em 1808, após a invasão de Napoleão Bonaparte. Sendo assim oficializada a imprensa brasileira em 31 de maio de 1808, criando, assim, a Imprensa Régia no Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul os primórdios da imprensa, teria ocorrido com Revolução Farroupilha, a qual seria a grande impulsionadora, apesar de não ser o fator essencial para seu surgimento⁹⁷. Em Passo Fundo em meio às efervescências políticas do final do século XIX com a Proclamação da República, nasceu o primeiro jornal passo-fundense, o semanário Echo da Verdade, fundado em 24 de abril de 1890 por alguns jovens do clube do toco de vela, apoiados por líderes republicanos locais.

Desde a sua origem até os dias atuais a imprensa passo-fundense ocupou um lugar de destaque e importância na vida política, cultural e econômica. Em diferentes conjunturas políticas a imprensa desempenhou um papel importante de informação. No caso desse trabalho nos deteremos ao período de 1938 a 1947 e principalmente da gerência do Estado nos meios de comunicação local.

Nitidamente a imprensa foi alvo de perseguição política e do cerceamento das liberdades. No período do Estado Novo em decorrência do rompimento de Francisco Campos com o presidente Getúlio Vargas, em entrevista concedida ao Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, em março de 1945, CAMPOS comenta sobre a imprensa e reconhece que:

[...] a questão da imprensa é uma das mais graves e das mais delicadas que as condições do mundo moderno criaram no domínio político e social. A imprensa de grande tiragem, a imensa difusão do papel impresso, dentre massas cada vez mais densas e excitáveis, constitui um dos problemas que desafiam a inteligência e a competência dos governos.⁹⁸

Mais adiante em sua entrevista CAMPOS, concluiu que:

⁹⁶ BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: Os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro. **Passo Fundo, sua história:** indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.136.

⁹⁷ Para maiores informações ver: BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola.

⁹⁸ PORTO, Walter Costa. **Constituições brasileiras: 1937.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p.44-45.

As restrições à liberdade de imprensa vigentes entre nós nos últimos anos contribuíram para a degradação cívica, intelectual e moral a que se chegou no Brasil. A liberdade de opinião não é apenas um conceito político. É um conceito de civilização e de cultura. Todo o edifício do mundo moderno repousa sobre esse fundamento⁹⁹.

Os jornais de circulação local O Diário da Manhã e o Nacional foram indispensáveis para esse estudo, através deles buscamos respostas sobre as denúncias dos opositores. Além disso, ambos assumiram posicionamento político em face do governo “Ferreirista”. A trajetória de ambos é marcada pela sua constituição histórica.

Segundo BERTOL, o jornal Diário da Manhã:

A maior realização de Túlio Fontoura, o Diário da Manhã, foi fundado em 28 de novembro de 1935 e existe até hoje, ainda sob a condução da mesma família. Começou na Av. Brasil e mudou-se, depois para a Av. cel Chicuta, esquina com a rua Independência, e hoje, funciona na Av. 7 de Setembro. Sua edição, como o nome diz, sempre foi matutina e diária; foi o primeiro jornal dessa região impresso em máquina linotipo.¹⁰⁰

A mesma autora, caracteriza o jornal O Nacional:

Em 19 de junho de 1925, Herculano Annes, Gabriel Bastos e seus familiares fundam O Nacional que, desde seu primeiro número, autodenominou-se independente. Primeiramente foi semanal, porém, três meses após o lançamento passou a sair duas vezes por semana, depois três vezes e em 1933 passou a ser diário. Foi o primeiro jornal diário de Passo Fundo. Seu tamanho inicial foi de 33x46 cm. No ano de 1940, Herculano Annes deixou a direção do jornal, vendendo-o para seu funcionário Múcio de Castro, sendo que até hoje é dirigido pela sua família¹⁰¹.

Esses dois jornais informavam a população diariamente sobre as ações programáticas dos governos municipais, estaduais e federais. A linha editorial do jornal Diário da Manhã pró-Vargas noticiava com maior ênfase as ações do Estado Novo e principalmente enaltecia o governo de Ferreira Filho, sendo Túlio Fontoura um dos partidários da política do Estado Novo.

⁹⁹ Ibid., p. 45.

¹⁰⁰ BERTOL, 2007, p. 153.

¹⁰¹ BERTOL, 2007, p. 152.

Entretanto, o jornal O Nacional de postura inicialmente republicana expressava nitidamente oposição à política varguista e aos seus representantes. Nas páginas desse periódico o governo de Ferreira Filho, devido à censura e o controle do Delegado de Polícia era muito pouco noticiado, e quando ao longo da nossa pesquisa encontramos eram referentes as ações programáticas de auxílio aos necessitados realizados pelo governo municipal.

“Concorrendo para estender a ação social e beneficente da Apan, estamos certos de que, o administrador do município prestará seu apoio moral e econômico, para maior eficiência das finalidades da Apan, pois este instinto, altamente beneficente, e também patriótico¹⁰²”.

Portanto, O Nacional se limitava a publicar notas referentes ao Grêmio Passo-fundense de Letras, Associação de Auxílio aos Necessitados de Passo Fundo e a Liga de Defesa Nacional em caráter informativo, ou então quando conseguiam tribular a censura publicavam textos críticos assinados por pseudônimos¹⁰³. Um posicionamento político de oposição a Ferreira Filho e a ditadura só foi constatado nesse periódico após o término do Estado Novo em outubro de 1945.

Uma das hipóteses de trabalho da permanência de Ferreira Filho na região está ligada ao envolvimento dele nas ações sociais que promoveriam a principal meta do Estado Novo a campanha de nacionalização e a propagação do sentimento de pertencimento a esta nação. A educação foi um dos pontos mais enfocados por ele desde investimentos e obras públicas.

No próximo capítulo iremos tratar sobre o cerceamento das liberdades e principalmente da ação do Departamento de Imprensa e Propaganda conjuntamente com a Delegacia de Polícia nos meios de comunicação locais durante a administração de Ferreira Filho.

¹⁰² O Nacional, 10/12/1938, Passo Fundo.

¹⁰³ Gomercindo dos REIS narra à estória de uma águia dos Andes, desgarrada, veio pousar nos matos próximos a esta cidade, tendo sido abatida a tiros de espingarda por um rapazote. Porém, o Diário da Manhã, com grande “farolagem”, noticiou que a águia havia sido abatida, a tiros de revolver, por Ferreira Filho. A esse respeito temos lido O Nacional, as crônica ferina de Latif Chasid, nossa inteligente Patrícia. (1947, p. 28).

2. A OPOSIÇÃO NAS MALHAS DA POLÍCIA.

A ação política do Estado Novo foi muito além de outorgar a Constituição de 1937, alguns órgãos foram criados para abarcar tamanha complexibilidade do bojo político brasileiro entre os diferentes grupos que compunham o governo.

O projeto de nacionalização e o controle de informação foram à base de sustentação da ditadura getuliana. Dois órgãos foram criados para auxiliar a administração pública o primeiro em 30 de julho de 1938, denominado Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que atenderia as áreas administrativas, assessoramento do Presidente e principalmente no controle dos órgãos públicos.

Para ABREU,

(...) o DASP foi apresentado como um organismo apolítico, de cunho técnico, que visava implantar o universalismo de procedimentos na administração pública e na elaboração do orçamento do Estado, em contrapartida ao que ocorria na vigência do regime liberal, quando nem sempre os prazos e condições regimentais eram cumpridas e o interesse público satisfeito¹⁰⁴.

O DASP foi organizado como um agente modernizador que acabou segundo PRATES,

“Centralizando e homogeneizando, através de padrões, normas e regulamentos, a vida funcional de todas as instituições públicas federais, em qualquer estado ou região brasileira, o DASP, com o tempo, passou a ser conhecido não pelo seu papel modernizador da burocracia pública, mas como a metáfora do “gigante adormecido”

¹⁰⁴ ABREU, 2007, p. 195.

do nosso Hino Nacional uma instituição enorme, lenta, pesada, ineficiente e altamente ritualista”¹⁰⁵.

Outro mecanismo importante na difusão e legitimação do Estado Novo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 27 de dezembro de 1939. Esse estava diretamente subordinado aos interesses do presidente Getúlio Vargas e no artigo 2º da legislação federal estava determinada a sua finalidade.

a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna e externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional¹⁰⁶;

O DIP exerceu funções de controle bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”; dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo¹⁰⁷.

Esse regime além de cercear a liberdade também contribuiu para a construção do *mito* Getúlio Vargas e, nesse sentido, para FAUSTO.

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores na construção de sua imagem. Tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor, pela censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia¹⁰⁸.

A máquina do DIP além de controlar os meios de comunicação também promovia ações programáticas listadas através de relatórios administrativos enviados para o interventor federal.

¹⁰⁵ PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.126.

¹⁰⁶ CARONE, Edgard. **A terceira República (1937-1945)**. São Paulo, Editora DIFEL, 1976, p. 48.

¹⁰⁷ FAUSTO, 2004, p. 376.

¹⁰⁸ Ibid., p. 375.

Desde que nos achamos nas funções deste cargo temos desenvolvido intensa campanha nacionalizadora, não só por intermédio do professorado municipal, como os sub-prefeitos e comissários de seção, como imprimindo e distribuindo profusamente boletins de propaganda, que têm alcançado todos os recantos do Município e repercutido até nos municípios vizinhos. O governo Municipal tomou a si a iniciativa de comemorar as grandes datas nacionais, e cultuar publicamente os grandes vultos da Pátria, no que tem recebido valioso e constante apoio das unidades militares aqui aquarteladas, como dos colégios públicos e particulares¹⁰⁹.

Os relatórios enviados por Ferreira Filho ao interventor estadual continham estatísticas, índices de desenvolvimento econômico e principalmente informações sobre o município as mudanças e “melhorias” realizadas pela administração pública. De um lado os relatórios oficiais de outro as denúncias dos opositores censuradas.

Entretanto o que realmente constatamos foi ação do DIP em Passo Fundo através da Delegacia de Polícia, principalmente no controle da publicação e circulação de artigos criticando o regime estado-novista, bem como os seus representantes.

Quando chegamos ao O Nacional, com a cópia da dita carta, já fomos cientificados, pelo diretor desse órgão, que só poderia publicar artigos de crítica administrativa, com o visto do Delegado de Polícia, de acordo com as instruções que havia recebido. Em vista dessa resolução, e apesar de ameaçados por alguns capachos de Ferreira Filho, subimos as escadarias da Delegacia de Polícia e apresentamos a cópia da carta ao então Delegado, Dr. Ubiracaba Belestiê Salvado, para que o mesmo passasse o visto permitindo a sua publicação.¹¹⁰

Segundo Gomercindo do Reis toda matéria e/ou artigo que criticasse a administração municipal resultaria na prisão ou então nos aconselhamentos do delegado de Polícia Ubiracaba Belestiê Salvado. Um artigo sobre a arborização da Av. General Netto foi proibido pelo Delegado de Polícia, esse fez o seguinte aconselhamento para Gomercindo:

“Reis, eu te peço, como amigo, que não faças a publicação. O Ferreira recém chegou do Rio de Janeiro. Vejo que há uma onda de recriminação contra ele nesta cidade. A publicação dessa carta vem alarmar os moradores da Av. Gal. Neto e pôr a cidade em alvoroço, novamente. Seja lá como for, o Ferreira é meu amigo”¹¹¹

¹⁰⁹ Relatório da Prefeitura Municipal de Passo Fundo apresentado pelo prefeito Ferreira Filho ao interventor estadual Cordeiro de Farias ao término de ano de 1938, p. 11. Fonte: Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo.

¹¹⁰ REIS, 1947, p.14.

¹¹¹ REIS, 1947, p.15.

Que ao justificar sua proibição da publicação do artigo fez menção da Lei de Segurança Nacional¹¹² criada em 1935. Para a oposição a permanência de Ferreira Filho estava intimamente ligada com a ação da Delegacia de Polícia e o apoio da família Vargas.

Quando s.s era açoitado pelo povo, **corria para a polícia e apelava para os Vargas**. Em vista da impossibilidade de se criticar atos administrativos, na triste ditadura getuliana, as referidas árvores não foram mudadas da Av. Gal. Neto. E os habitantes da comuna vão sofrer as consequências desse grave erro de urbanismo¹¹³.
[Grifo nosso]

A violência foi o meio empregado durante o Estado Novo para impor a ordem social e impedir que ocorressem formas de resistência ao modelo varguista.¹¹⁴ E a polícia segundo CANCELLI foi o braço executivo de Vargas.

Utilizando-se da polícia, foram montadas as estratégias de dominação do terror. Tratou-se de liquidar as resistências dos antagonistas do governo, seus inimigos objetivos, e fazer crer a toda a população que cada pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime. Este serviço, cuja tarefa era delegada diretamente como uma deferência a Vargas, era executado pelo seu mais temível braço executivo: a polícia¹¹⁵.

A polícia foi um dos agentes de controle das manifestações oposicionistas. Além disso, causava um intenso clima de instabilidade e medo na população, o que passaremos a tratar.

2.1. Delegacia de Polícia: instrumento de poder local

A polícia no cotidiano das ações dos interventores estado-novistas cerceava a liberdade de expressão, além disso, a ação policial era um dos instrumentos do DIP que estava

¹¹² Foi sancionada pelo Congresso Nacional em 04 de abril de 1935 devido as reivindicações operárias, as greves e principalmente as agitações comunistas. A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação e animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, por meios não permitidos em lei.

¹¹³ Ibid., p. 16.

¹¹⁴ BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.145.

¹¹⁵ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p.36-37.

constantemente preocupado com a manutenção e estabilidade do regime. Além de fiscalizar as contravenções o DIP também promovia a campanha nacionalizadora em todo o país.

Para CANCELLI,

A importância política da polícia no cotidiano das ações e representações de um projeto totalitário de sociedade, em um período cujos contornos eram essencialmente repressivos, contava ainda com dois pilares fundamentais – além do terror e da aglutinação de que o líder é capaz – para o exercício do poder: a propaganda e a doutrinação.¹¹⁶

O Delegado de Polícia em abril de 1938 Uiraçaba Balesté Salvado, recebeu uma correspondência do general do Quartel General de Cruz Alta, nesta continha as seguintes informações:

Como é de conhecimento público, há tempos passou á competência dos Delegados de polícia dos municípios a execução de emergência em todo o Estado. O Delegado de Polícia deste município recebeu as seguintes instruções, atualmente em vigor, referentes á censura dos jornais e estações radio-difusoras: Ministério da Guerra, 3º Região Militar, 5ª Brigada de Infantaria Comandante da 2ª zona. Quartel General em Cruz Alta, 11 de Abril de 1938.¹¹⁷

O jornal Diário da Manhã publica:

1º Proibição de todo e qualquer ataque ás autoridades constituídas federais, estaduais ou municipais. Não se compreenderá como ataques as críticas de caráter puramente administrativas e feitas em termos respeitosos.

3º É proibida a publicação ou irradiação de qualquer assunto militar, seja de qualquer natureza for, escrito ou transcrito, sem autorização expressa dada pelo comando da região ou guarnição mais próxima.

4º É proibido publicar notícias sobre movimentação de tropas.

5º É proibido publicar quaisquer ataques ao Estado de emergência, ás autoridades federais e estaduais, quer militares, quer civis, incumbidas da sua execução e da sua manutenção da ordem política e social.

6º Não é permitida a exploração jornalística de motivos de greve, agitações ou qualquer subversão de ordem política e social.

7º São proibidas os espaços em branco e a raspagem em formão.

8º Exercer vigilância sobre matéria dos suplementos literários, vetando artigos e reportagens que possam, mesmo indiretamente, despertar simpatias pelo comunismo.

9º É proibida a publicação e irradiação de notícias elogiando o regime soviético ou homens desse regime (políticos, militares, diplomatas, etc.) ou a publicação de

¹¹⁶ CANCELLI, 1993, p.35.

¹¹⁷ Diário da Manhã, 27/04/1938, Passo Fundo.

vitórias obtidas por tropas que defendem regimes bolchevistas (como no caso a Espanha Legalista).

10° É proibido publicar ou irradiar qualquer artigo tendencioso, visando incitamento á perturbação da ordem, revolta ou ato de indisciplina nas forças armadas. Neste devem ser encontrados os artigos de clara ou velada campanha contra as classes armadas, seus chefes ou organizações ou de tendências de derrotismo antiguerreiro, tão em uso da propaganda comunista.

11° É proibida qualquer publicação ou irradiação visando a propaganda comunista.

12° É proibida publicar ou propagar notícias notória e tendenciosamente falsas, visando o alarme da população.

13° É proibido publicar jornais, boletins, panfletos e etc., não registrados e para distribuição clandestina, organizada intencionalmente com o fim de fugirem à censura. Essas publicações serão apreendidas e presos os seus distribuidores responsáveis pela publicação.

14° No caso do não cumprimento das presentes instruções pela imprensa ou estações de radio-difusão, será o transgressor preso e apreendida a edição do jornal.

Nos casos de reincidência, efetuar-se á suspensão temporária da publicação do jornal ou funcionamento da estação de rádio. (a) Arthur Silio Portella – General de Brigada Cmt. da 2° Zona.¹¹⁸. [Grifos nosso]

A partir deste documento afirmamos que existia um controle na publicação de artigos na imprensa local, principalmente os referentes à administração municipal. Os textos que haviam sido proibidos pelo delegado estavam amparados por lei, portanto, toda denúncia referida a administração pública dependia da permissão do Delegado de Polícia, e esse era nomeado, portanto atendia aos interesses dos interventores e da política estado-novista.

A denúncia de Gomercindo dos Reis sobre a censura nos elucida a situação de coerção em que eles viviam.

Qualquer insistência ou teimosia, nesse sentido, levaria o autor da missiva á cadeia, e ainda seria processado por desacato á autoridade competente, ou remetido para o Rio de Janeiro como incurso na famosa Lei de Segurança Nacional. Nessa época, éramos intimados, quase que diariamente, a comparecer á Delegacia de Polícia, e aconselhados, pelo delegado a não criticar a administração de Ferreira Filho e muito menos de acusá-lo de atos desonestos¹¹⁹...

A imprensa jornalística local sob intervenção do delegado de polícia não permitia a publicação de artigos da oposição ao governo, no entanto, os opositores encontraram um jeito de burlar a censura através de poemas rimados com versos humorísticos.

¹¹⁸ Diário da Manhã, 27/04/1938, Passo Fundo.

¹¹⁹ REIS, 1947, p.15.

2.2. A Política “Ferreirista” em versos.

Devido à censura os textos jornalísticos referentes à administração de Ferreira Filho foram publicados a partir de outubro de 1945 com o término do Estado Novo. Mas antes dessa liberação os opositores articularam uma forma de se manifestarem sem correr o risco de serem presos. Entre os opositores estava Gomercindo dos Reis, que além de exercer atividades comerciais dedicou-se a arte poética. Entre suas obras destacamos o livro “*Defendendo a Verdade*”, publicado em 1947; e o “*Jardim de Urtigas*”, publicado em 1957. Outros poetas populares também versaram sobre a política local, entre eles: Jovino Silva, Francisco Barros, André Pithan, Otacílio Teixeira Noble e outros.¹²⁰

O Jovino Silva segundo Gomercindo dos Reis era o trovador mais implacável contra os farsantes em uma quadra dedicada aos corpos provisórios que ficou popular e andava de boca em boca, pelos pampas foi dedicada a Ferreira Filho.

Provisórios é “bicho” pobre
Que não tem nada de seu...
Só tem saudades infindas
Da vergonha que perdeu...¹²¹

Outro trovador, André Pithan, também publicou versos sobre os prefeitos estadonovistas: Eis uma delas: “As Sobrinhas”.

Contam que um velho alfaiate
Esperto como ele só,
Pedi 10 metros de pano
Pra fazer um paletó...

Mas pra que tanta fazenda?
Onde se viu coisa assim?
- Talvez que sobre um pouquinho...
E essa sobrinha é pra mim...

Assim é aquele prefeito,
No título “melhoramentos”:
Exige pano e mais pano,
Quer folga nos orçamentos...¹²²

¹²⁰ REIS, 1947, p. 47.

¹²¹ REIS, 1947, p.49.

¹²² REIS, 1947, p. 52-53.

Os versos de Gomercindo dos Reis, registrou críticas ao governo “Ferreirista”¹²³ ao longo dos anos do seu governo. Foram narrados episódios em versos entre eles “*O bem-te-vi e a Cascavel*”. Este último narrava que nos arredores do município de Passo Fundo em meados de 1940, numa excursão pelos campos da chácara do Rebelo Horta, Ferreira Filho teria sido surpreendido pelo canto estridente de um bem-te-vi.

Para Gomercindo dos Reis,

(...) Irritado com a provocação da avesita que o espiava de cabeça torta, proferiu estas palavras: Tu não vês coisa alguma passarinho tolo! Eu, sim, vejo o futuro risonho do Estado Novo... Estás, também implicando comigo? Como a avesita continuasse a repetir: Bem te vi! Bem te vi! O “herói” resolveu dar o *fora*¹²⁴...

Ao regressar do campo Ferreira Filho teria sido mordido por uma cobra cascavel na perna esquerda acima do tornozelo segundo um morador da propriedade o veneno não havia causado nenhum malefício para a saúde do prefeito, no entanto, o animal foi encontrado morto. Em outras palavras, Ferreira Filho para a oposição era muito mais perigoso e venenoso que todos podiam imaginar.

O texto colocava o seguinte:

O caboclo, porém, hábil curador de mordedura de cobra, não viu nenhum perigo. Benzeu, com a maior naturalidade, a perna do Coronel, depois colocou em cima da cissura, umas ervinhas e garantiu a cura... Em seguida procurou o réptil para matar, mas teve uma grande surpresa: encontrou a cobra completamente morta “mortinha da Silva...” O coronel constatara que o perigoso animal estava sem vida, expressando-se, leitor, desta maneira, apontando com o dedo “conheceste cobrinha!” Contou-nos o caboclo mais tarde, que o coronel tem, no corpo, um veneno terrível, fulminante, pior que o veneno da estranha cobra voadora chamada jequetiranaboia¹²⁵...

Após o fim da censura, em dezembro de 1946 este episódio foi novamente publicado em versos pelo jornal O Nacional “*O réptil e o Homem*”.

¹²³ Essa expressão foi inúmeras vezes citada por Gomercindo dos Reis, para designar os anos em que Ferreira Filho esteve na administração pública municipal.

¹²⁴ REIS, 1947, p.20.

¹²⁵ REIS, 1947, p.20.

O ex-prefeito Arthur Ferreira
 E “escritor” e “coronel”,
 De verdade ou brincadeira?
 Como nunca fui cruel
 E não desejo magoá-lo,
 Conto só o que aconteceu:
 Uma cobra cascavel
 Numa perna lhe mordeu;
 Porém, em vez de matá-lo,
 A cobra foi que morreu¹²⁶!...

A publicação desses versos registra um momento crucial para o desenrolar das eleições do próximo ano, principalmente porque Ferreira Filho pretendia concorrer a Câmara Legislativa Estadual e o apoio local seria imprescindível para sua vitória. Supõe-se que os opositores pretendiam alertar a população sobre o perigo de confiar votos ao político Ferreira Filho.

Os artigos e poemas publicados no jornal O Nacional pós 1945 ilustra os ressentimentos latentes da oposição à Ferreira Filho, pois ao longo de sua trajetória esses ficaram registrados em uma coletânea de poemas escritos e posteriormente publicados no livro “*Jardim de Urtigas*”, em 1957. Entretanto, gostaríamos de mencionar que os poemas possuem registro das datas quando foram escritos. Portanto, enfatizamos a existência de uma oposição atuante em Passo Fundo ao longo do Estado Novo.

Aos amigos, serventuários e advogados desta Comarca, com os quais me confraternizo por toda a vida¹²⁷. Devido às perseguições e prisões oriundas da Lei de Segurança Nacional de 1935 Gomercindo dos Reis expressa total camaradagem aos advogados e serventuários do Foro de Passo Fundo.

Serventuários e advogados
 Do Fôro de Passo Fundo,
 Esta manhã realizaram
 Um churrasco d’ outro mundo!

Costela gorda em sinal
 Deconfraternização...
 Discursos... vinho... cerveja...
 Camaradagem... união...

Credo! Santo Deus, que horror!
 Como vejo a coisa feia...
 Quando andavam desunidos
 Nos mandavam p’ra cadeia!

¹²⁶ O Nacional, 18/12/1946, Passo Fundo.

¹²⁷ REIS, 1957, p. 39.

Há maior perigo agora,
Que estão confraternizados,
Em grande camaradagem,
Serventuários e advogados...

E agora não há inocentes:
Se for um santo ou burguês,
Nem que prove a santidade,
Irá do altar p'ra o xadrez...

Serventuários e advogados,
Eu não nego, desta vez,
Que faço questão cerrada
Da amizade de vocês!¹²⁸....

Os passo-fundenses que aderiram à política getulista em 1937 foram contemplados com o seguinte poema:

Dizem que aderiu de fato,
Que já fez a transação,
Pois vendeu-se em desacato
Aos heróis da oposição

Já ninguém reprova o ato
Do eleitor, do cidadão
Que se vende tão barato,
Ma liquida a operação.

Esse esperto cavalheiro
Conseguiu algum dinheiro,
Não fez mau negócio, não!

Andou certo, eu reconheço,
Ele foi por qualquer preço,
Não ficou... sem cotação¹²⁹...

Os versos eram uma forma de expressar as suas opiniões, no entanto, outros que também sentiam-se prejudicados relatavam em atas as suas reivindicações como foi o caso da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária (ACISA) em várias reuniões o problema da energia elétrica no município foi discutido, além desses, o ligado a infraestrutura do município, a construção do Prédio dos Correios e Telégrafos¹³⁰.

¹²⁸ REIS, Gomercindo dos. "Amigos (17/01/1937)". In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 39.

¹²⁹ REIS, 1957, p. 54

¹³⁰ Foram encontrados registros nas respectivas Atas: n° 50 de 16/05/1939, n° 54 de 25/02/1940; n° 60 de 23/08/1940; n° 63 de 06/02/1941; n° 64 de 27/03/1941; n°65 de 18/10/1941; [...]; n° 116 de 29/09/1945. Os

Enfim, para tentar solucionar o problema da energia elétrica foi organizada uma comissão composta pelo prefeito municipal Ferreira Filho, pelo Henrique Scarpelini Ghezzi ex-prefeito municipal, pelo Olinto de Oliveira presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária, e Nicolau de Araújo Vergueiro político influente local.

Em função da seca e da falta de água e das inúmeras denúncias da oposição Ferreira Filho e esta comissão viajaram para Porto Alegre em julho de 1945 para solicitar ao interventor estadual Ernesto Dornelles uma verba para a construção dessa usina de energia no Capingui, mas essa mudança só seria possível com o auxílio financeiro do governo estadual. Para a oposição essa mudança além de acarretar prejuízos para os cofres públicos, também caracterizava a própria “Bambochata Administrativa” do governo de “Ferreirista”.

As máquinas tão faladas,
Da usina do Capingui,
Já estão fazendo escarcéu;
Elas não foram levadas
Para o leito do Jacuí:
Foram levadas para o céu...

(...)
Chove à beça! Enchem os rios
Por conta do “be-le-léu”...
Relâmpagos no infinito
Parecem a luz dos fios,
Luz talvez d’algum circuito
Na grande usina do céu!...

(...)
E a comissão foi saudada,
Na cidade iluminada,
Numa festa verdadeira...
Viva Nicolau Vergueiro!
Viva o Ghezzi, tarimbeiro!
Viva Olinto de Oliveira!

Parabéns, Sr. Prefeito,
Por mais esse grande feito!
Nada mais faça de novo,
Nessa usina, por enquanto,
Que a mesma causou espanto,
Aos olhos do nosso povo¹³¹! ...

pedidos para a construção do Edifício dos Correios e Telégrafos dessa cidade foram permanentes ao longo do Estado Novo

¹³¹ REIS, Gomercindo dos. “Usina celeste (04/06/1945)”. In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Imprensa Oficial, 1957, p.21-22.

Por ocasião da chegada do circo, em 1938, no município a oposição aproveitou para fazer novas críticas a Ferreira Filho e seus simpatizantes e, analogicamente, escreveu:

As feras, quando aqui desembarcaram, soltaram urros e tremeram de medo, quando avistaram as outras feras que fumam charuto “Ouro de Cuba” e frequentam altas rodas. Disse-me o diretor-proprietário do circo que, apesar de haver percorrido quase todo o mundo, jamais vira um fato semelhante. Uma leoa, quando sua jaula sobre rodas confrontou o Café Elite, sentindo o cheiro das outras “feras”, urinou-se de medo¹³²”.

O Café Elite era um espaço de encontro dos representantes da política passo-fundense, ou melhor, dizendo um reduto de “Feras” segundo os opositores.

Eis um caso singular,
Jamais visto em todo mundo,
Que venho agora contar
A vocês, de Passo Fundo.

Os ursos, leões e panteras,
Do circo de cavalinhos,
Respeitam as outras feras
De chapéus e colarinhos...

São essas feras humanas
Que sentam pelos cafés
E vão passando as semanas,
Sempre a fazer rapapés...

Os ursos que aqui chegaram,
Vendo o perigo eminente,
Diversas vezes urraram,
Com temor da fera-gente...

Quando vinha da estação,
Todos viram, hoje cedo,
Que um tigre ficou poltrão,
Quase morrendo de medo...

Uma leoa, linda e forte,
Pelos “feras” ameaçada,
Viu-se em perigo de morte,
Ficando toda urinada!¹³³ ...

¹³² REIS, 1957, p. 59

¹³³ REIS, Gomercindo dos. “Feras”. In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 59.

Este poema relaciona as “feras de chapéus” Ferreira Filho e seus correligionários e as “feras enjauladas” que seriam a oposição silenciada pela ditadura. Vários temas foram contemplados em versos pela oposição, veja o caso do Conselho Consultivo Municipal que havia sido criado em 1938 por Ferreira Filho, mesmo já extinto em 1946, foi objeto dos versos e críticas por não ter cumprido o papel de defender os interesses da população.

Eis o texto:

Está ficando “da ponta”
Esse tal de Estado Novo:
Dois conselhos pedem conta
Do dinheiro deste povo...

Existe um departamento
Chamado “das prefeituras municipais”,
Sempre atento,
Que não permite loucuras.

Agora, em nossa Comuna,
Há um “Conselho Consultivo”
Que vem sanar a lacuna
Que havia no executivo.

Conselhos não fazem mal:
Sempre tem utilidade;
Se há mandões na Capital,
Que outros mandem na cidade...

Não há motivos por que
Viva o povo resmungando...
Como esta gente bem vê,
Conselhos estão sobrando...

Entretanto, sempre vemos
Desgraças na sorte dura;
Há longos anos não temos
Um “miolo” na Prefeitura!¹³⁴...

O foco dos versos eram as ações administrativas de Ferreira Filho. Em 1940, momento de redefinições políticas, a oposição denunciou a situação da prefeitura.

Vejamos o poema:

Na comuna há mandachuva,
Mas outros mandam também,
Como em tareco de viúva,

¹³⁴ REIS, Gomercindo dos. “Conselhos (13/06/1946)”. In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 62.

Como em casa de ninguém.

Para os opositores a prefeitura passou a ser administrada por “todos” no vazio da escuridão.

Qual cego que vai palpando
 Numa eterna noite escura,
 Vê-se um prefeito tateando
 Nas trevas da Prefeitura

De um lado a oposição pressionava a saída de Ferreira Filho e, de outro, os políticos estado-novistas apoiavam a sua permanência.

Se a “turma” pedir que fique
 E o povo disser que saia,
 Hão de ver que esse cacique
 Não há de sair sem vaia!

Os ressentimentos explícitos nos versos reafirmam o sentimento de repulsa da oposição a Ferreira Filho e principalmente da sua permanência em Passo Fundo.

Se por fora há lama e poeira,
 Que nos magoa e tortura,
 Também há grande sujeira
 Por dentro da Prefeitura¹³⁵ ...

Se de um lado Ferreira Filho controlava os meios de comunicação e a publicação dos artigos na imprensa através da ação da Delegacia de Polícia, que estava amparada por decretos-lei, de outro lado à oposição organizada ludibriava essas proibições com versos satíricos que externalizavam as idéias e ideais desse grupo que não usavam “Carapuça”.

Tenho medo até da sombra,
 Me apavora o lobisomem,

¹³⁵ REIS, Gomercindo dos. “Trevas na Prefeitura (1940)”. In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 83.

Tudo no mundo me assombra,
Menos o “bufo” de um homem.

Tenho horror de uma peleia,
Tudo eu temo neste mundo;
Só não temo é cara feia
Porque sou de Passo Fundo!

De dia ou de noite escura,
Ando sozinho – sou homem!
Não me assusta essa figura
Semelhante a Lobisomem!

Não faz mal, seu safardana,
Pode me hostilizando!
Quando passa a caravana
Também ficam cães ladrando!¹³⁶ ...

O poeta Gomercindo dos Reis utilizou de sua poesia para expressar seu posicionamento político frente ao governo “Ferreirista” nos respectivos anos, no entanto, esse nunca concorreu a nenhum pleito eleitoral, bem como, não ocupou cargos de confiança. Em versos exaltou amor ao Vulcão da Serra.

Na gloriosa Passo Fundo
Há brasileiro de ação,
Que briga no campo raso
E briga também de avião.

Na gloriosa Passo Fundo
Que é berço de rebelião
Há brasileiro que corta
Metralhadora a facão...

Na gloriosa Passo Fundo
Nesta terra, neste chão
Há maragato que entra
Pela boca de um canhão...

Na gloriosa Passo Fundo
Na cidade e no sertão
Há fogueira na alma humana
Como chamas de num Vulcão!¹³⁷ ...

A arte poética de Gomercindo dos Reis permaneceu, mesmo após a derrota e a saída de Ferreira Filho na política local, outros poemas versaram sobre a política e os políticos de

¹³⁶ REIS, Gomercindo dos. “Carapuça (10/06/1938)”. In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 87.

¹³⁷ REIS, Gomercindo dos. “Vulcão da Serra (09/11/1936)”. In: REIS, Gomercindo dos. **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 106.

Passo Fundo. Nas eleições municipais de 03 de outubro de 1951, tendo como candidatos: pelo PTB o Deputado Estadual Daniel Dipp, e pela Frente Democrática (aliança do PSD, PL e UDN) Dionísio Lângaro. Saiu vencedor o primeiro, por uma pequena margem de votos.

Eis os versos sobre os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro,

Com mais esse grande pleito
Que se aproxima de novo,
Candidatos a prefeito
Andam na boca do povo.

Max Ávila, Rômulo Teixeira,
Com Rambo e Múcio no rol,
Mais Florisbello Ferreira,
São candidatos de escol.

Ficam bem, na prefeitura,
Miranda ou Menna Barreto;
Wolmar, Nicandro ou Ventura,
Todos vão neste quarteto.

Falam muito em Aparício,
Em Translatti e Formighieri;
Vamos saudando, de início,
Quem mais o povo prefere.

Vou-me cuidar nos folguedos
Para evitar, finalmente,
**Que eles descubram segredos,
Dando chope para a gente...**

Quando chegar o momento
De se ouvir o hip! hip! hip!
Passo um “reco” e saio lento,
Sem falar com Daniel Dipp¹³⁸ ... [Grifo nosso]

Os candidatos do Partido Social Democrático também foram homenageados em versos.

Para saudar Mário Hoppe,
Mais candidatos, enfim,
Bato o meu copo de chope
No copo do Gasperin!

Com o Dionísio me abraço,
Doutor Fialho também topo;
Com estes eu cruzo o braço

¹³⁸ REIS, 1957, p.110.

Pra ver o fundo do copo...

Com Tagliari ou mais algum,
Espero que a idéia vingue:
Tem Goelzer, Pacheco e Brum,
Manoel Bastos e Engelsing.

Pode ser Doutor Vergueiro,
Em mais estes penso há dias:
João carlos, Gelso Ribeiro
E o Doutor Sabino Arias.

João Jacques, Antônio Soares,
Mais Alípio e Felisbino,
Não são pensantes vulgares:
São homens de grande tino.

Quem desejar, finalmente,
Que esta Comuna melhore,
Há de marchar para a “Frente”,
Com Celso da Cunha Fiori!¹³⁹...[Grifo nosso]

O Partido Libertador não poderia faltar,

Quem não vê, paso-fundense,
Não enxerga a olho nu
Quem essa carreira se vence
Com o Moreira ou Benvegnú?

O nosso rol numeroso
Mais outros nomes contém:
Ernesto ou Fanfa Cardoso,
Pittham ou Balduino Gehm!

Vamos, pois, ganhar terreno
Para o pleito democrata,
Com Miotto, Telmo ou Bueno,
Com o Schleder ou Zanatta!

Temos também o Poletto,
Berthier de Almeida, Amantéa
O Costi, o Menna Barreto,
Bordignon ou Della Meã.

Francisco Pereira Soares,
Com Santo Longhi ou Busatto,
São nomes bem populares,
De respeito e muito acato.

Temos ainda o Floriani,
Mário Schell ou Reveilleau,
Ribeiro Netto ou Torriani,
Pois com estes é que eu vou.¹⁴⁰...[Grifo nosso]

¹³⁹ REIS, 1957, p.111.

Nos três poemas encontramos definições políticas partidárias nos versos e nas rimas, no entanto, não aquele sarcasmo que havia nos poemas destinados a política “ferreirista”. Por mais, que a literatura do Estado Novo estivesse voltada para a campanha de nacionalização e a projeção do regime, encontramos na literatura regional, além de livros e cartilhas destinadas a fomentar o ensino cívico e a formação social de jovens e crianças, um amplo campo de pesquisa histórica.

2.3. Cartilhas: ensinar para nacionalizar

No Estado Novo a educação foi um alicerce na campanha de nacionalização e da propagação do regime. Neste projeto de ação o governo nacionalista pretendia em outras palavras, *“a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse à forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e, portanto, repressor”*¹⁴¹

Desde 1934 o Ministério da Educação e Saúde esteve sob a tutela do ministro Gustavo Capanema¹⁴², que promoveu uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar o ensino industrial, com o objetivo de preparar mão-de-obra fabril qualificada. Esse permaneceu até o fim da era Vargas em outubro de 1945 quando foi substituído por Raul Leitão da Cunha, nomeado pelo novo presidente da República, José Linhares.

No Rio Grande do Sul após a intervenção federal o interventor estadual Daltro Filho nomeou para secretário da pasta da educação José Pereira Coelho de Souza, em

¹⁴⁰ REIS, 1957, p. 112.

¹⁴¹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 181-182.

¹⁴² Nasceu em Pitangui Minas Gerais, no dia 10 de agosto de 1900, bacharelou-se em direito em dezembro de 1924. No ano seguinte, retornou a Pitangui, onde lecionou e advogou até 1929. Ao longo desse período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro. Ingressou ao mesmo tempo na vida política, elegendo-se em 1927 vereador à Câmara Municipal de Pitangui. Em 1929, com o rompimento do pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, em torno da sucessão presidencial do ano seguinte, Capanema aderiu a Aliança Liberal. Participou da Revolução de 1930, foi interventor federal de Minas Gerais em 1933, Ministro da educação entre os anos de 1934 a 1945. Ver: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Volume I. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1057-1063.

21 de outubro de 1937, esse foi mantido pelos interventores Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles, tendo deixado o cargo em abril de 1945.

A campanha de nacionalização estava intrinsecamente ligada com a educação, por isso, foram nacionalizadas mais de duas mil escolas nos núcleos de colonização alemã, particularmente no sul do país e, sobretudo após a inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942¹⁴³.

“Educar não é somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhes as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exibir.”¹⁴⁴

A política de nacionalização foi implacável no Estado gaúcho, pois esse investiu na construção de novos estabelecimentos de ensino, na formação de docentes, plano de carreira para o magistério, na elaboração de normas e critérios para o funcionamento das escolas, muitas foram às medidas de modernização e mobilização.

As autoridades estado-novistas defendiam a implantação de uma educação embriagada de valores nacionalistas, principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana.

Para GERTZ,

[...] não há dúvida de que algumas medidas importantes para a institucionalização e para a regulamentação do ensino em geral foram tomadas nesse período, da mesma forma que ocorreram uma expansão física e uma mobilização de professores, administradores e intelectuais em torno do assunto.¹⁴⁵

A educação cívica¹⁴⁶ foi um dos braços de sustentação do Estado Novo e da política varguista, pois as “*autoridades estado-novistas defendiam a implantação de uma educação militante.*”¹⁴⁷ Em Passo Fundo, o interventor Ferreira Filho seguiu a mesma linha do governo estadual. *Além de proporcionar instrução a milhares de crianças, o Sr. Ferreira Filho tem*

¹⁴³ Ver: GERTZ.

¹⁴⁴ Álbum com textos do presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas a imprensa. Publicação Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940. Fonte: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.

¹⁴⁵ GERTZ, René E.. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo**: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005, p.98.

¹⁴⁶ Ver anexo 06 e 07 para entender o processo educacional que acontecia a nas escolas sob orientação do governo getulista.

¹⁴⁷ Ibid., p.99.

*procurado aparelhar materialmente os diversos estabelecimentos de ensino municipal, mandando construir prédios para os grupos escolares e escolas isoladas.*¹⁴⁸

Para NASCIMENTO,

[...] o relatório de 1939, ressalta-se a importância em apoiar a construção de escolas, bem como aumentar o quadro de professores também se salienta o papel, indispensável, dos militares na divulgação de uma moral adequada para os jovens passo-fundenses, bem como na campanha de nacionalização da população local e regional.¹⁴⁹

E nesse sentido, para estimular o desenvolvimento cultural dos passo-fundenses em abril de 1940, foi criada a Biblioteca Pública Municipal, que passou a funcionar no prédio do antigo Clube Pinheiro Machado, sob a direção do Grêmio Passo-fundense de Letras. Em decorrência da implantação do Estado Novo, o Clube Pinheiro Machado¹⁵⁰ que inicialmente atendia aos interesses do Partido Republicano local passou a ser domínio da Prefeitura Municipal, e esta estava sob a chefia do interventor Ferreira Filho.

Posteriormente o local foi cedido para a instalação do Grêmio Passo-fundense de Letras. Esse além, de ser um espaço dedicado ao campo literário, também desempenhava um papel político, pois os seus integrantes¹⁵¹ especialmente Ferreira Filho participavam de comemorações cívicas de exaltação ao regime, como nos elucida o jornal O Nacional.

Finalmente, encerrada a sessão e agradecendo o concurso dos presentes, proferiu bela locução o Sr. Arthur Ferreira Filho, igualmente coroado de aplausos e felicitações no auditório. Assim resumindo o que foi a sessão realizada pelo Grêmio Passo-fundense de Letras, só nos resta acrescentar, e o fazemos sem favor, que constituiu numa meta de grande relevo ao programa da semana da Pátria¹⁵².

¹⁴⁸ Diário da Manhã, 28/11/1941, Passo Fundo.

¹⁴⁹ NASCIMENTO, 2003, p. 60.

¹⁵⁰ Foi fundado em 16 de março de 1904, esse surgiu para a defesa dos interesses do Partido Republicano local. Ver: GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do Tempo**. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982, p. 34 - 36. 2.v.

¹⁵¹ Presidente: Artur Ferreira Filho, A. Atos B. da Rosa, Armando de Souza K., Aurélio Amaral, Celso Fiori, Daniel Dipp, F. Antonino Xavier e Oliveira, Vice-presidente: Gabriel Bastos, Herculano A. Annes, Heitor P. Silveira, J.J. Boeira Guedes, senhorita Lucila Scheleder, Nicolau Vergueiro, d. Odete Barbieri, Onildo Gomide, Oscar Kneipp, Pindaro Annes, Pedro Silveira Avancini, Sante Uberto Barbieri, , 1º secretário: Tristão Ferreira, Túlio Fontoura, Orador oficial: Verdi de Cesaro, Valdemar Ruas, Sabino Santos, Gomercindo dos Reis, Tenack Wilson de Souza, Odalgiro Córrea. Fonte: O Nacional, 20/06/1938.

¹⁵² O Nacional, 03/09/1938, Passo Fundo.

O projeto político de construção do Estado Nacional tinha como meta primordial os jovens, modelando o seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado autoritário. Assim, foi criado o Instituto Nacional do Livro, que por sua vez, tinha como finalidade à edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população.

Nesse contexto, as cartilhas foram incorporadas na construção da identidade “nacional”. O “ensino para todos” transformou-se num meio capaz de ampliar as bases eleitorais das elites regionais e de preparar a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

As cartilhas promoviam difusão de símbolos; a exaltação de mitos e o cumprimento de ritos nas escolas.

Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio.¹⁵³

A ideologia do regime era transmitida através das cartilhas infanto-juvenis e dos jornais, passando também pelo teatro, a música, o cinema, e marcando presença nos carnavais e, em festas cívicas e populares.

Nessa conjuntura política de centralização de poder e estruturação de projetos sociais agregados ao “civismo patriótico” citamos a fundação da Liga de Defesa Nacional¹⁵⁴ em Passo Fundo no dia 24 de junho de 1938, e da Associação de Auxílio aos Necessitados de Passo Fundo (APAN) em 09 de novembro de 1938.

Conforme informações do jornal O Nacional.

“O núcleo passo-fundense da Liga de Defesa Nacional, além da propaganda em plena vigência, com o concurso de dedicados conterrâneos, fundou a APAN que terá

¹⁵³ Álbum com textos do presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas a imprensa. Publicação D.I.P. , 1940. Fonte: Acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

¹⁵⁴ Essa associação civil foi fundada em 07 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, ainda hoje em vigor, é “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor a justiça e o culto ao patriotismo”. Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970. Ver: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Volume III. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 3112.

larga repercussão, pois, seu programa é variadíssimo e irá sendo desenvolvido a maneira que o apoio público lhe for balejando a existência¹⁵⁵.”

Os integrantes da Liga de Defesa Nacional eram: Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Tenack Wilson de Souza, *Ferreira Filho*, Gabriel Bastos, presidente, Eulina Braga, Sabino Santos, Heitor P. Silveira, Antonio Carlos Menna Barreto e Gomercindo dos Reis¹⁵⁶. A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916 no Rio de Janeiro, e essa tinha o objetivo de unir o povo brasileiro entorno do sentimento patriótico de pertencimento. Portanto, essa não tinha conotação política partidária.

Mesmo com a suspensão das liberdades públicas no Estado Novo a associação continuou a desenvolver as tradicionais campanhas cívicas de exaltação à nação e aos seus símbolos e vultos históricos. A APAN foi fundada a partir das necessidades locais, pelos componentes da LDN passo-fundenses.

A APAN desenvolvia um trabalho social e beneficente visando atender à população carente da cidade e, além de buscar auxílio financeiro do governo municipal também angariava fundos através de doações da população local. Como descreve o jornal,

Concorrendo para estender a ação social e beneficente da APAN, estamos certos de que, o administrador do município, prestará seu apoio moral e econômico, para maior eficiência das finalidades da APAN, pois este instinto, altamente beneficente, e também patriótico. A APAN, portanto, é digna do apoio de todos os amigos da Pátria, pois em ambiente patriótico, espalha benefícios, afasta da penosa vida de miseráveis, criaturas que o infortúnio atirou ao desamparo, e evita que a infância e jovens sem ânimo, continuem no caminho do vício, para tornarem-se cidadãos úteis a Pátria¹⁵⁷.

A diretoria da APAN estava sob responsabilidade de Tenack Wilson de Souza, e as reuniões ocorriam no Clube Pinheiro Machado, sede do Grêmio Passo-fundense de Letras, com os respectivos participantes: Gabriel Bastos, *Ferreira Filho*, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, professor Sabino Santos, Miguel Kosme, Aquiles Garcez, Tristão Ferreira, Mario Braga, Jairo Leandro (visitante), *Antônio Calos Menna Barreto*, Armando Vasconcelos, Odete Barbieri, *Gomercindo dos Reis*, Revdo. Sante U. Barbieri e Heitor P. Silveira¹⁵⁸.

¹⁵⁵ O Nacional, 10/12/1938, Passo Fundo.

¹⁵⁶ O Nacional, 24/10/1938, Passo Fundo.

¹⁵⁷ O Nacional, 10/12/1938, Passo Fundo.

¹⁵⁸ O Nacional 04/11/1938, Passo Fundo.

Nas duas entidades salientamos a presença de dois opositores a administração de Ferreira Filho, Gomercindo dos Reis e Antonio Carlos Menna Barreto no ano de 1938 esses tentaram uma política de conciliamento entre seus interesses e os da política “ferreirista”, principalmente no campo social, no entanto, essa atitude não significava apoio político, nem mesmo reconhecimento a sua administração, até mesmo porque nessas instituições qualquer cidadão podia participar.

3. AS PRETENSÕES DE FERREIRA FILHO: “TRANSLADAR-SE DA DITADURA PARA A DEMOCRACIA”

Diante dessa conjuntura dos anos 40 de instabilidade política e social ocorreram muitas mudanças, entre elas, a substituição de Ferreira Filho do governo municipal em detrimento de sua transferência para Santa Rosa, em 09 de dezembro de 1941, onde assumiu o Registro Geral de Imóveis, em seu lugar foi nomeado Victor Graeff¹⁵⁹, de base política republicana, teve seus direitos cassados em 1932, exilando-se na Argentina, juntamente com seu chefe político Nicolau Vergueiro, por solidarizar-se com a Revolução Constitucionalista.

Retornando a vida pública quando assumiu a prefeitura municipal em 17 de dezembro de 1941, após três anos de governo Victor Graeff pede exoneração de seu cargo em decorrência de desentendimentos com o secretário do Interior Alberto Pasqualini, em 24 de agosto de 1944. O governo de Victor Graeff foi citado em função as inúmeras ações administrativas realizadas no município:

- 1- Cadeia Municipal, onde foi construído presídio novo, com quartos amplos, numerosos, dotados de todos os requisitos de higiene, conforto, e segurança, faltando somente o acabamento da parte destinada a administração.
- 2- Ponte sobre o rio Jacui, um Colônia Wadlich, com 80 metros de extensão, toda de madeira de lei.
- 3- Inúmeras pontes de menor porte e pontilhões.
- 4- Em dois anos foram retocados, garantidos plenamente o tráfego a cerca de dois mil quilômetros de estradas municipais.
- 5- Escadaria da Av. General Neto, onde foi instalado um gabinete dentário para atender aos pobres, gratuitamente, fato que mereceu elogios comentários de toda a imprensa da capital do Estado.
- 6- Calçamento da praça Marechal Floriano.

¹⁵⁹ Nasceu em Não-me-toque, filho de Antonio Augusto Graeff e Ana Maria Quadros Scheleder Graeff, bacharelou-se em Direito em Porto Alegre. Foi casado com Inês Flores Graeff com quem teve cinco filhos. Morreu em março de 1965 em Porto Alegre onde residia aos 59 anos de idade. Fonte: Arquivo Histórico Regional. www.upf.br/arh

- 7- Serviço normal de calçamento da cidade, com pavimentação de ruas e sarjetas. Ao deixar o governo estavam em obras.
- 8- A represa do Capigui. O Victor foi ao Rio de Janeiro pleitear, do governo federal, a construção dessa grandiosa obra.
- 9- Remodelação da praça Tamandaré.
- 10- Cozinha dietética do Posto de Higiene¹⁶⁰.

As obras realizadas por Victor Graeff em tão pouco tempo sob o comando da administração municipal ressaltam as falhas e omissões do governo de Ferreira Filho, que foi prefeito por muito mais tempo. Com a saída de Victor Graeff, assumiu provisoriamente Raul Cauduro em 28 de agosto de 1944, no entanto, esse ficou apenas dois meses na interventoria municipal.

Mesmo com todas as críticas dos opositores, o interventor estadual Ernesto Dornelles novamente o reconduziu para prefeitura municipal, e esse assumiu em outubro de 1944, pela segunda vez a administração municipal passo-fundense.

Em seu discurso de posse, Ferreira Filho novamente fez promessas à população.

[...] não é, portanto, para ser servido, mas para servir que estou aqui novamente entre vós. Tratei da organização de todos os serviços públicos ao meu alcance, procurando ultimar as obras já em começo, iniciando outras de interesse da cidade e do Município. Desejo, para isso, a cooperação de todos os cidadãos de boa vontade e estarei sempre pronto a receber as sugestões das entidades coletivas e dos particulares.¹⁶¹

A partir de fevereiro de 1945 o declínio da Era Vargas foi inevitável, Getúlio baixou o Ato Adicional à Carta de 1937, fixando, entre outros pontos, um prazo de noventa dias para a marcação da data das eleições. O fato que precipitou o término do Estado Novo ocorreu após a indicação do irmão de Getúlio Vargas Benjamim Vargas para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal. A partir daí o Ministério da Guerra, sob liderança de Góis Monteiro, mobilizou tropas. Diante desse fato, Getúlio Vargas foi forçado a renunciar em 30 de outubro de 1945.

Sobre esse acontecimento O Nacional publicou:

[...] Esta sensacional, quão imprevista notícia, foi antecipada pelo pronunciamento do Ministro Guerra general Pedro Aurélio Góis Monteiro, feito em termos concisos e energéticos, dando ciência da gravidade da situação, fazendo um rápido relato do

¹⁶⁰ REIS, 1947, p.177.

¹⁶¹ Diário da Manhã, 29/10/1944, Passo Fundo.

motivo que o vez voltar a ocupar a Pasta da Guerra, apesar de se sentir com as energias enfraquecidas, mas que estava inabalavelmente resolvido a gastá-las para manter a integridade do País. E disse – “Conto com os oficiais, sargentos, cabos e soldados que tão espontaneamente vem me demonstrando o seu restrito apoio”¹⁶².

A transição entre os dois regimes dependeu assim da iniciativa militar. Mais ainda, uma figura importante da Revolução de 1930 que levara Getúlio ao poder – o general Góis Monteiro – teve papel decisivo na sua deposição, quinze anos depois¹⁶³.

Essa notícia de renúncia do presidente Getúlio Vargas repercutiu em todos os cargos de confiança por ele indicado principalmente nas interventorias estadual e municipal. O interventor estadual gaúcho Ernesto Dornelles também renunciou um dia após Getúlio Vargas, como registra O Nacional:

O interventor Ernesto Dorneles dirigiu ontem, ao meio dia, ao Ministro José Linhares, presidente da República, o seguinte telegrama: “Na qualidade de delegado de confiança do governo presidente Getúlio Vargas, deponho nas mãos de V.S. o cargo de interventor deste Estado. Cumpre-me declarar V.S. que reina absoluta tranquilidade em todo o Rio Grande do Sul e que recebi do chefe do governo instruções para cercar da máxima garantia o pleito presidencial e Estadual a se realizar a 2 de dezembro próximo, os quais foram rigorosamente observados”¹⁶⁴.

Surgiram algumas especulações sobre o possível afastamento de Ferreira Filho em função dos acontecimentos registrados no país, o que veio a se confirmar no dia três de novembro com seu pedido de exoneração ao desembargador Samuel Figueiredo da Silva¹⁶⁵.

O fato foi noticiado nos seguintes termos:

Anuncia-se que, em face do pedido de demissão, formulado esta semana pelo prefeito Arthur Ferreira Filho em consequencia dos fatos havidos no país e conforme já noticiamos, as funções do governador do município de Passo Fundo serão exercidas pelo juiz municipal desta comarca João Bigois¹⁶⁶.

Confirmada a saída de Ferreira Filho do governo municipal, muitas foram às especulações, entre elas, algumas ligadas com o fato dele estar exercendo atividades políticas ligadas ao PSD.

¹⁶² O Nacional, 30/10/1945, Passo Fundo.

¹⁶³ FAUSTO, 2004, p. 389.

¹⁶⁴ O Nacional, 31/10/1945, Passo Fundo.

¹⁶⁵ Foi nomeado governador do Estado enquanto não houvera eleições.

¹⁶⁶ O Nacional, 3/11/1945, Passo Fundo.

[...] “circunstância de ter sido o organizador do Partido Social Democrático, neste município e vice-presidente do seu diretório local, incompatibiliza-me, no presente momento político, com o cargo de prefeito”. Dessa forma, Arthur Ferreira Filho reiterou o seu pedido de exoneração, antes que fosse obrigado a deixar o cargo, e pediu permissão para transmitir as funções de prefeito para o secretário da prefeitura “dada à necessidade de desenvolver minha atividade política a favor das candidaturas do meu partido com quem assumi compromissos indeclináveis”¹⁶⁷.

Neste momento de instabilidade política, assumiu a chefia do município Francisco Antonino Xavier de Oliveira¹⁶⁸, em 21 de novembro de 1945, sem o caráter solene das *Bambochatas* organizadas nas posses de Ferreira Filho.

O ato de empossamento do Francisco Antonino Xavier e Oliveira não terá caráter solene, de acordo com a vontade do novo edil. O cargo será transmitido pelo ex-prefeito em comissão, Ferreira Filho¹⁶⁹.

As mudanças decorrentes do término do Estado Novo e da atual conjuntura política local foram favoráveis à reorganização político partidária e a criação de um Movimento de Reação Popular, liderado por Gomercindo dos Reis e Antonio Carlos Menna Barreto. Uma oposição que havia persistido ao longo dos anos de censura.

3.1. Movimento de Reação Popular: Gomercindo dos Reis contra os “tubarões”.

Os opositores a Ferreira Filho mantiveram-se atuantes através de rimas e versos. Mas, esses foram censurados e controlados pela Delegacia de Polícia que impediu manifestações críticas do grupo opositor. Somente após o fim do cerceamento ditatorial, em 1945, foi possível as manifestações públicas dos opositores através do Movimento de Reação Popular,

¹⁶⁷ OLIVEIRA, 2008, p. 75.

¹⁶⁸ Político influente local desde 1896 quando foi escrevente do Conselho Municipal, promotor interino da Comarca em 1899, escrivão do recenseamento federal em 1900, Secretário Municipal em 1901, Presidente da Liga Protetora dos pobres em 1906, Juiz Distrital em 1909, no governo de Gervásio Lucas Annes nos anos de 1911 e 1912 ocupou o cargo de Vice-Intendente, em 1914 fundou o Hospital da Cidade, nos anos de 1928 e 1930 presidiu o Comitê da Aliança Liberal. Ver: NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. **Vultos da História de Passo Fundo**. Passo Fundo. Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995, p.41-43.

¹⁶⁹ O Nacional, 19/11/1945, Passo Fundo.

que segundo Gomercindo dos Reis (...) *teve, tem e terá como principal escopo, dar combate tenaz e decisivo aos políticos profissionais e maus administradores como Ferreira Filho*¹⁷⁰.

O Movimento de Reação Popular foi uma iniciativa dos passo-fundenses Gomercindo dos Reis e Antonio Carlos Menna Barreto também filiados ao Partido Libertador que ao solicitar auxílio financeiro a população para a criação do Movimento de Reação Popular, justificou:

O diretório do Partido Libertador leva ao conhecimento dos habitantes de Passo Fundo, que está elaborando um programa de Reação Popular para livrar este município do descalabro administrativo que tantos dissabores, sem dúvida digno de melhor sorte¹⁷¹.

As críticas ao governo de Ferreira Filho foram registradas desde 1938, mas se tornaram de conhecimento público em 30 de abril de 1946 com a fundação do Movimento de Reação Popular e dos comícios realizados em praça pública. Além disso, inúmeras pessoas haviam enviado *cartas aos dirigentes do Movimento de Reação Popular, solitando-nos enérgicas medidas contra os desalmados exploradores do comércio varejista e do povo.*¹⁷²

Ferreira Filho não mais nos intimava a dar explicações na Delegacia de Polícia. Os jornais já publicavam artigos de crítica administrativa sem o visto do delegado da famosa polícia de “carreira”... Quando mal sentimos um bafeiozinho de liberdade e garantias individuais, fundamos, nesta cidade, a 30 de abril de 1946 o “movimento de reação popular”¹⁷³.

A oposição finalmente em dezembro de 1946 declarou todo seu sentimento de repulsa a Ferreira Filho.

Para que nossa atitude seja patenteada, não pairando, nem ao longe a menor dúvida, vimos declarar, alto e bom som, que **abominamos Arthur Ferreira Filho**, considerando-o um péssimo administrador e mau político, bastando, para tal, relembrar suas atitudes ditatoriais doutros tempos, em que costumava mandar prender, chamando á Delegacia de Polícia, aqueles que ousavam criticar a sua “sábua” administração!¹⁷⁴ [Grifo nosso]

¹⁷⁰ REIS, 1947, p.66.

¹⁷¹ O Nacional, 26/04/1946, Passo Fundo.

¹⁷² REIS, 1947, p. 45.

¹⁷³ REIS, 1947, p.66.

¹⁷⁴ Ibid., p. 62.

A ligação do Movimento de Reação Popular com o Partido Libertador foi comprovada por Gomercindo dos Reis, nos seguintes termos:

O Movimento de Reação Popular sob o comando do Partido Libertador nasceu para ter longa duração e derrubar Ferreira Filho. O mesmo existe e existirá! Quando alguém pretender afrontar o povo desta terra, ou surgir outro mau administrador, algum êmulo de Ferreira Filho, entraremos em ação, por todos os meios ao nosso alcance, protestando pela imprensa, promovendo comícios da praça pública, etc.¹⁷⁵.

O programa do Movimento de Reação Popular citava as diretrizes e as normas da sua constituição.

- I) – Não tem o MRP nenhuma cor partidária, podendo nele inscreverem-se todos os amigos de Passo Fundo, homens e mulheres.
- II) – O MRP pugnará pela adoção de normas administrativas sadias no município, não permitindo que o prefeito, ou sub-prefeito e comissários, bem assim quaisquer autoridades públicas ou funcionários, façam parte de diretórios políticos ou sub-diretórios. Opor-se-á a que políticos profissionais exerçam o cargo de prefeito. Os próprios da municipalidade, inclusive os automóveis, não poderão ser usados por membros de facções políticas em nenhuma hipótese. O cidadão que assumir a Prefeitura ficará automaticamente desligado do Partido Político a que pertença, enquanto estiver no exercício da função pública.
- III) – O MRP trará para o domínio público, pela imprensa e pela palavra falada, qualquer irregularidade no terreno administrativo ou policial, denunciando os faltosos.
- IV) – O MRP auxiliará as autoridades policiais, e pugnará por todos os modos legais, no sentido de evitar que os corruptores do “Estado Novo” corrompam a Democracia. Aqueles que, no regime Ditatorial, deram mau exemplo como funcionários, serão banidos dos cargos administrativos, no regime Democrático.¹⁷⁶

O programa foi assinado por Gomercindo dos Reis e Antonio Carlos Menna Barreto. A inauguração da Tribuna Popular¹⁷⁷, em maio de 1946 ratificou a atuação política do Movimento de Reação Popular em comícios, o primeiro deles foi contra os Tubarões¹⁷⁸, falaram os seguintes oradores: Gomercindo dos Reis; Ney Menna Barreto; Eduardo Barreiro do Partido Comunista Brasileiro, André Pithan, José Knoll, Francisco de Lima Morsch e outros, em praça pública. O discurso do presidente Menna Barreto convoca os cidadãos a responsabilizarem os culpados da atual situação política do município.

¹⁷⁵ Ibid., p.68

¹⁷⁶ REIS, 1947, p.68-69.

¹⁷⁷ Um púlpito móvel instalado em praças, ruas em qualquer para a realização de comícios. Ver anexo 09.

¹⁷⁸ Ver anexo 03.

O Movimento de Reação Popular está convosco, em defesa dos direitos fundamentais do homem. O protesto na praça pública é um direito que vos assiste: significa o vosso brado de desespero, a vossa advertência ao governo, dentro da ordem e da lei, para que este aplique a pena máxima aos responsáveis pela situação vergonhosa e grave que atravessa o país¹⁷⁹.

Mais adiante Menna Barreto fala sobre medidas contra os *Tubarões*¹⁸⁰:

(...) si o governo não aplicar medidas drásticas contra os “tubarões”; si não acabar com os “Trustes”, no país; si os magnatas persistirem na sua voracidade; si perdurar a triste situação que se depara aos vossos olhos; si os vossos clamores não encontrarem eco no governo; si não tiverdes mais para quem apelar, então, deveis fazer justiça com as próprias mãos¹⁸¹.

Esse discurso inflamado conclamava (...) *os homens de responsabilidade social e comercial desta terra, devem sair do comodismo em que vivem, e colaborarem com os poderes públicos, nesta grave emergência*¹⁸².

Em sua obra “*Jardim de Urtigas*” Gomercindo dos Reis, em versos, falou dos Tubarões, anos mais tarde.

Prende a polícia os ladrões
Humildes, pobres, sem nome:
Mas não prende os “tubarões”,
Causantes de tanta fome!

Se há gatunos sem pataca,
Sem roupa, sem pão, sem leite,
Há também, os de casaca,
Com linda comenda ao peito...

Não vejam somente os pobres
Roubando aqui e acolá;
Na classe altiva dos nobres,
Grandes ladrões também há!

Para a polícia andar bem,
Quando prende os desgraçados,
Terá que prender também
Os “tubarões” desalmados¹⁸³!...

¹⁷⁹ Fragmentos do discurso do comício proferido pelo Antonio Carlos Menna Barreto, em 30/05/1946.

¹⁸⁰ Os tubarões eram todos aqueles que faziam parte da política varguista.

¹⁸¹ REIS, 1947, p.76.

¹⁸² REIS, 1947, p.78.

A ação da Polícia mencionada no segundo capítulo é novamente denunciada nesse poema que explícita a situação dos opositores e subversivos, nesse caso a justiça tinha dois pesos e duas medidas. Os “tubarões” homens de fino trato e influência política agiam impunemente, nem se quer passavam pela malha fina da polícia, pois esses passam folgadoamente, enquanto que violentamente os “peixes pequenos” os opositores ficavam presos.

A constituição de 1946 foi muito comemorada pelo Movimento de Reação Popular que organizou um comício no dia 19 de setembro de 1946, em homenagem à promulgação da *carta magna*¹⁸⁴. Foram oradores: estudantes, Paulo Corrêa e Firmino Duro, Eduardo Barreiro, Brasileiro da Costa e Silva, representando uma caravana de Lagoa Vermelha, Gomercindo dos Reis e Francisco Antonino Xavier e Oliveira.

A democracia havia sido assegurada na Constituição Federal os passo-fundenses mais exaltados expressaram a satisfação de estarem livres da ditadura, bem como do controle da Delegacia de Polícia, conforme atesta o texto:

Graças a Deus, o povo brasileiro já tem garantias individuais. Aqueles que se diziam representantes de um governo forte, não poderão mais ameaçar-vos com a famosa Lei de Segurança Nacional. A vossa casa, o vosso sagrado lar, doravante, não será mais vigiado, sitiado, e até invadido criminosamente, sem uma medida legal, por qualquer funcionário da polícia, como acontecia no regime falido do Estado Novo. O cidadão brasileiro não será mais trancafiado na cadeia, simplesmente pelo fato de criticar atos administrativos, considerados prejudiciais aos interesses do povo¹⁸⁵.

A ditadura havia sido derrotada, mas Ferreira Filho ainda estava na chefia do município. Nesse momento de transição político-partidário a sua permanência foi vital para a estruturação do PSD, pois a articulação desse partido dependia da intensa atividade dos interventores municipais que haviam sido responsáveis pela administração do Estado Novo.

Portanto, nessa terceira gestão o foco dele estava direcionado na solidificação do PSD, que por sua vez, poderia lhe garantir o prolongamento de sua permanência na carreira política.

¹⁸³ REIS, Gomercindo dos. “Tubarões (13/101948)”. In: REIS, Gomercindo dos. . **Jardim de Urtigas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Imprensa Oficial, 1957, p.71.

¹⁸⁴ Ver anexo: 5

¹⁸⁵ REIS, 1947, p.80.

3.2. Ferreira Filho de político interventor a escritor

A definição inicial em torno das principais siglas partidárias que se formaram na conjuntura de 1945, agora obrigadas pelo novo Código Eleitoral (Lei Agamenon) a constituírem partidos nacionais, forçará a elite política rio-grandense, como, aliás, as demais elites regionais, a combinar alguns elementos importantes da conjuntura nacional com “antigas” e “novas clivagens regionais”¹⁸⁶.

Os partidos políticos nesse momento dividem-se entre as campanhas aos candidatos a Presidência da República, o PSD fundado em 17 de julho de 1945 anunciou a candidatura do Eurico Gaspar Dutra com o apoio de Vargas, a União Democrática Nacional (UDN) fundada em 07 de abril de 1945 fazia oposição à política varguista e lançou a candidatura de Eduardo Gomes, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado em 15 de maio de 1945 também apoiou Vargas.

No entanto, os situacionistas organizaram uma campanha¹⁸⁷ pró permanência de Getúlio Vargas, com o slogan “queremos Getúlio” que contava com o apoio dos sindicatos e dos comunistas. *Parecia claro que Vargas pretendia manter-se no poder como ditador ou presidente eleito, “fritando” no percurso os dois candidatos já lançados*¹⁸⁸. Esses candidatos buscaram o prestígio e o apoio político da população, no entanto, o PSD havia sido organizado para dar continuidade à política de Getúlio Vargas, além disso, este foi fundamentalmente dirigido pelos interventores estaduais e os responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo.

Em Passo Fundo o processo de organização do PSD foi liderado pelo interventor municipal Ferreira Filho, como apontamos, após o término do regime permaneceu no município. O PSD local era formado por: Nicolau Vergueiro, Ferreira Filho, Bittencourt Azambuja, Túlio Fontoura e Dionísio Lângaro.

A este respeito,

¹⁸⁶ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto alegre: Editora UFRGS, 2005, p.95.

¹⁸⁷ A campanha “queremista”, assim chamada porque seu objetivo se sintetizava na palavra de ordem “queremos Getúlio”. Os “queremistas” saíram às ruas defendendo a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio Vargas no poder. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente, nas quais Getúlio deveria concorrer. Ver: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.387.

¹⁸⁸ FAUSTO, 2004, p. 387.

Desde julho de 1945, o prefeito Arthur Ferreira Filho esteve em intensa movimentação política pelo município fundando vários diretórios distritais do PSD, pois, além de ser o vice-presidente do diretório municipal do partido, foi um dos principais organizadores deste em Passo Fundo e região¹⁸⁹.

A divisão entre dutristas e getulistas seguiria a linha do diretório estadual, sendo que deram-se as divergências políticas entre Antonio Bittencourt de Azambuja e Ferreira Filho, após um comício promovido pela ala Dutra em prol ao candidato a governador Walter Jobim na cidade, promovido por Antonio Bittencourt Azambuja¹⁹⁰. No entanto, desde a formação do PSD em julho de 1945 havia divergências políticas.

[...]o PSD definiu maior diversificação na sua composição de forças. Acolheu ex-partidários do PRR com destaque para Nicolau Vergueiro, antigo líder republicano regional e Arthur Ferreira Filho que por duas vezes, administrou o município. Integrou também os quadros do PSD, então nascente, a expressiva liderança do PL, Antonio Bittencourt de Azambuja. Como podemos observar, as forças políticas que formaram o PSD local não conseguiram as lideranças estaduais. Borges de Medeiros do PRR foi para a UDN, e Raul Pilla reorganizou o Partido Libertador em nível estadual¹⁹¹.

Os choques de interesses reacendem a velhas práticas políticas de Ferreira Filho, que se manteria na mesma linha de atuação nos tempos da ditadura.

Para Oliveira,

O Coronel Ferreira Filho mesmo em vias democráticas continuará a cercear a liberdade política de seus opositores. Alguns udenistas publicaram no Jornal Diário de Notícias, que o prefeito fazia ameaças de “represálias políticas” por distribuírem, no município, boletins favoráveis ao candidato à presidência da República Eduardo Gomes¹⁹².

O jornal O Nacional também denunciou as represálias reproduzindo um trecho de um telegrama enviado por Victor Graeff e o coronel Quim César ao general Flores da Cunha presidente da Comissão Executiva do Diretório Estadual da UDN.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, 2008, p.74.

¹⁹⁰ Membro da comissão executiva do partido no Estado e um dos dirigentes do mesmo nesta cidade.

¹⁹¹ BENVENEGÚ, 2006, p.37

¹⁹² OLIVEIRA, 2008, p. 75.

Ameaçada de sérias represálias a UDN de Passo Fundo pelo prefeito Ferreira Filho [...] acaba de publicar uma nota não somente confusionista, como ameaçando ainda os udenistas locais de sérias represálias policiais pela simples distribuição de boletins e afixação de cartazes de propaganda do nosso eminente candidato, major-brigadeiro Eduardo Gomes¹⁹³.

As ameaças de Ferreira Filho repercutiram em Porto Alegre, em conferência Antonio B. Azambuja com o governador estadual Walter Jobim fala sobre Passo Fundo, onde declarou-se publicamente contra a política e a administração de Ferreira Filho e principalmente da interferência desse nas eleições de 1945.

[...] quanto às eleições de dois de dezembro em Passo Fundo e a interferência abusada do Delegado de Polícia, sub-prefeitos, sub-delegados, comissários de polícia, todos varridos de suas posições oficiais pelo golpe de vinte e nove de outubro de 1945, a propaganda que então faziam junto ao eleitorado de que retornariam às posições logo ao pleito federal¹⁹⁴.

Esta declaração reforça ainda mais o parecer dos opositores em relação ao comportamento político dele, além disso, reafirma as denúncias de censura e coerção policial aos cidadãos que não atenderem aos seus desejos. Em uma das nossas problemáticas de trabalho questionamos o porquê dessa oposição ferrenha a ele, e entre as nossas hipóteses percorremos a seguinte: ele indiscutivelmente faria qualquer coisa pela política e permanência de Getúlio Vargas e seus pares no poder, porque assim, ele também se manteria no poder.

Em linhas gerais, o resultado das eleições presidências revelam que o PSD estava muito bem articulado no cenário nacional, alguns fatores explicam a vitória de Dutra.

O resultado mostrava a força da máquina eleitoral montada pelo PSD a partir dos interventores e o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores. Mostrava também o repúdio da grande massa ao antigetulismo, associado ao interesse dos ricos. Não por acaso, o brigadeiro recebeu o apelido de “candidato pó-de-arroz”. A vitória de Dutra se explica pela combinação desses fatores. Não foi assim uma vitória do atraso contra a modernidade, ou do campo contra a cidade. Dutra venceu bem nos três grandes Estados – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo¹⁹⁵.

Bem como, FAUSTO faz uma leitura da máquina política do Estado Novo nas eleições.

¹⁹³ O Nacional, 9/11/1945, Passo Fundo.

¹⁹⁴ O Nacional, 15/04/1945, Passo Fundo.

¹⁹⁵ FAUSTO, 2004, p. 398.

A votação mostrou claramente como a máquina montada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar a ditadura, podia ser também muito eficiente para captar votos, sob o regime democrático. Esse fato é indicativo de que para uma considerável parcela do eleitorado importavam mais as relações pessoais clientelistas do que a opção entre partidos do Estado Novo e liberais. A opção não tinha significado na vida cotidiana dos eleitores e era abstrata demais para ser apreendida por um eleitorado de educação rudimentar. O PSD garantiu a maioria absoluta dos lugares, tanto na Câmara como no senado, seguido pela UDN¹⁹⁶.

Encerrado o processo eleitoral e a confirmação da vitória do PSD, algumas definições políticas causaram indignação, principalmente pelas denúncias de envolvimento de Ferreira Filho na tentativa de fraudar as cédulas eleitorais. No entanto, essas denúncias não foram suficientes para que o nome dele fosse excluído. Sob a perspectiva da vitória do PSD ele havia feito com êxito a sua função na região, afinal de contas, organizou-se aqui “*como reduto pessedista no estado, em especial pela campanha política desenvolvida pelos seus líderes Nicolau Vergueiro e Arthur Ferreira Filho*”¹⁹⁷. Essa qualificação exemplifica toda trajetória política de Ferreira Filho que estava associada ao seu trabalho em garantir “vitórias”.

Mas a oposição jamais iria atribuir a Ferreira Filho algum mérito.

[...] a vitória do Partido majoritário não coube ao prestígio político de Ferreira Filho e sim da Liga Eleitoral Católica. Esta foi quem venceu o pleito em Passo Fundo e em quase todos os Estados do Brasil, tanto que, si o ilustre e digno brasileiro, S.Excia. o general Eurico Gaspar Dutra, não contasse com a LEC e tivesse que ser eleito pelos prefeitos da Ditadura, temos a absoluta segurança de que o atual Chefe da Nação não estaria governando o país.¹⁹⁸

Entretanto, após o término das eleições presidências, Cilon Rosa que já havia ocupado o cargo de diretor-presidente da Caixa Econômica Federal gaúcha entre os anos de 1938 e 1943, bem como, em 1944 substituiu Alberto Pasqualini na direção da Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, também trabalho arduamente pela organização do PSD no Rio Grande do Sul. Foi recompensado com a nomeação a governador do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1946, em substituição ao desembargador Samuel Silva. A primeira medida de

¹⁹⁶ Ibid., p.399.

¹⁹⁷ GATTI, Isaura de Moura. **Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo (Dissertação de Mestrado), 2008, p.75.

¹⁹⁸ REIS, 1947, p. 62.

Cilon Rosa foi à convocação de todos os prefeitos para dar forma ao partido, organizando assim, *os Comitês Centrais Rio-grandenses da União Nacional nos municípios*¹⁹⁹.

O braço direito Ferreiro Filho foi novamente reconduzido ao cargo de prefeito municipal. Em entrevista ao jornal O Nacional Victor Graeff comenta sobre a conjuntura local declarando que “*em política nunca há vitória definitiva; a haste em que se ergue a bandeira vitoriosa é a mesma em que se alça o estandarte de novas competições*”²⁰⁰.

Essa definição também ilustra o seu posicionamento político após sua exoneração da interventoria municipal em dezembro de 1944, e da sua filiação em dezembro de 1945 na União Democrática Nacional (UDN), a qual se tornou o maior representante regional da UDN, partido de oposição a Getúlio Vargas.

Em abril de 1946, os opositores publicam um artigo no jornal O Nacional sobre o perfil político de Ferreira Filho, que sugere reflexões sobre o “talento” político do prefeito que fora três vezes nomeado interventor municipal.

[...] o coronel prefeito, ultimamente, não tem demonstrado muito talento em política, na contenda com seu correligionário, o deputado Azambuja, e tem lançado não de argumento falhos. Diz, por exemplo, que o deputado Azambuja esta na obrigação moral de renunciar a sua cadeira no Parlamento Nacional. Não consigo perceber por que, uma vez que aqui em Passo Fundo a figura mais representativa do PSD é o próprio Azambuja, não passando os pessedistas de ex-queremistas²⁰¹.

Foi sugestiva a publicação desse texto assinado por Gomercindo dos Reis no jornal em vias das eleições programadas para janeiro de 1947, na esfera municipal concorriam os seguintes candidatos: Dionísio Lângaro (PSD); Armando Araújo Annes (PTB/UDN); Carlos Galves (PL/PRP). Nesse pleito a coligação PTB/UDN venceu pela diferença de 165 votos a mais do que o candidato do PSD, Dionísio Lângaro.

Neste caso a máquina política do prefeito Ferreiro Filho não conseguiu o apoio da população duplamente, pois novamente Daniel Dipp candidato da coligação PTB/UDN vence Ivo Pio Brum candidato do PSD na concorrência a cadeira de vice-prefeito.

A administração municipal ficou sob a chefia dos candidatos da coligação PTB – UDN, no entanto, a majoritária da câmara municipal pertence ao PSD com 09 vereadores.²⁰²

¹⁹⁹GATTI, 2008, p. 44

²⁰⁰ O Nacional, 17/04/1946, Passo Fundo. Trecho da entrevista de Victor Graeff ao jornal sobre a política local.

²⁰¹ O Nacional, 22/04/1946, Passo Fundo. O texto assinado sob o pseudônimo de Latif Chasid. Segundo REIS essas crônicas seriam da inteligente Patrícia.

²⁰² Para maiores informações sobre o PSD passo-fundense ver a dissertação de mestrado GATTI, Isaura de Moura. **Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)**.

O resultado das eleições municipais dando vitória a coligação PTB-UDN ilustraria o cenário político local descrito pelos opositores no artigo publicado no jornal O Nacional em abril de 1946, bem como no livro *Defendendo a Verdade* em relação ao prestígio político de Ferreira Filho.

Em fevereiro de 1947, assumiu o cargo de prefeito municipal Ivo Pio Brum, enquanto Ferreira Filho concorria às eleições para Assembleia Legislativa com os demais representantes passo-fundenses Odalgiro Corrêa, Victor Graeff e César Santos, sendo eleitos os três últimos.

Para a oposição a derrota de Ferreira Filho era coisa certa já em novembro de 1946.

Agora, como candidato á deputação Estadual, s.s. pretende conseguir votos neste município, sem dúvida como recompensa dos “bons serviços” prestados ao magnânimo povo desta terra... Entretanto, temos certeza absoluta de que o eleitorado da cidade, da campanha e das colônias, saberá repudiar a candidatura desse senhor, que foi péssimo administrador, tendo causado malefícios incalculáveis á nossa comuna e profundos dissabores ao nosso povo!²⁰³

Para BENVENÚ:

A vitória de César Santos sobre Ferreira Filho para a Assembleia Legislativa no pleito eleitoral de janeiro de 1947 viria subtrair do PSD a representação estadual, e as eleições municipais no final desse mesmo ano, neutralizar as pretensões do partido de se manter no poder executivo local²⁰⁴. [Grifo nosso]

Para os opositores a derrota de Ferreira Filho²⁰⁵ no pleito de 1947 à Assembleia Legislativa foi uma resposta ao homem que “*representava um governo forte, que não aceitava sugestões do povo a respeito da administração*”²⁰⁶. Mesmo com todo respaldo político do PSD, Ferreira Filho não obteve o mesmo resultado dos outros candidatos que se elegeram com aprovação do curral eleitoral local.

²⁰³ REIS, 1947, p.46.

²⁰⁴ BENVENÚ, Sandra Mara. O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo no pós-1945. In: BATISTELLA, Alessandro. **Passo Fundo, sua história:** indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.285.

²⁰⁵ Portanto, sua derrota é resultado da fragilidade política e cisão do PSD local, bem como, de sua inexpressão política.

²⁰⁶ O Nacional, 25/04/1946, Passo Fundo.

Para Gomercindo dos Reis, Ferreira Filho diante de uma possibilidade na Assembleia Legislativa pretendia:

transladar-se da Ditadura para a Democracia, como si passasse de um vagão imundo de segunda classe para um luxuoso carro de trem internacional ou para um “Loknee-Eletra” da Varig, a pesar do campo de pouso se achar a 18 quilômetros da cidade.²⁰⁷

Como nos afirma Gomercindo dos Reis a derrota do PSD local nas eleições era proveniente da candidatura do Ferreira Filho.

Se Ferreira Filho não houvesse sido nomeado, por Cilon Rosa, prefeito de Passo Fundo, contra a vontade da população, o Odalgiro Corrêa seria eleito deputado, porque levaria às urnas muito maior número de eleitores e evitaria a completa ruína do PSD e do próprio regime presidencialista²⁰⁸.

Toda pressão política dos opositores ao longo de sua permanência em Passo Fundo resultou na comprovação mais explícita da sua fragilidade política diante dos outros candidatos que ao longo de suas carreiras constituíram base sólida.

No entanto, esse seguiria sua carreira política de nomeações, após a derrota sofrida nas últimas eleições Ferreira Filho encontrava-se em São Leopoldo²⁰⁹ como prefeito nomeado e este novamente havia sido indicado para ocupar outro cargo público.

Os opositores que denunciaram inúmeras vezes as ações administrativas de Ferreira Filho comemoraram o resultado das eleições, em uma palestra partidária proferida pelo rádio os libertadores solicitam o apoio de todos para a manutenção da Democracia.

Conforme atesta o texto:

O brasileiro que negar apoio á Democracia, estará cavando o seu próprio túmulo, estará procurando a desgraça da Pátria e da sua família. Mulher brasileira! Em nome do Partido Libertador apelamos para vos, pedindo a vossa cooperação em defesa da grande Pátria. Deve aconselhar, pedir, suplicar até, que os vossos maridos e filhos abandonem essas ideologias exóticas, incomparáveis com as nossas tradições de povo livre e amante da liberdade!²¹⁰

²⁰⁷ REIS, 1947, p.65.

²⁰⁸ REIS, 1947, p. 166.

²⁰⁹ O Nacional, 02/04/1947, Passo Fundo.

²¹⁰ REIS, 1947, p. 172.

Apesar de todo o esforço de Ferreira Filho em se eleger a deputado estadual em vias democráticas, o resultado foi infrutífero. E esse interventor que muitas vezes foi alvo dos versos críticos de Gomercindo dos Reis terminou como escritor. Em 1958, é publicada a primeira edição da sua obra *“História Geral do Rio Grande do Sul”*, e esta procurou *“ser imparcial, mas não indiferente ou neutro, diante de fatos que encarnam o crime ou a verdade.”*²¹¹

Este político cujas realizações foram pírias nos cargos administrativos nas décadas de 1930 e 1940 não constituiu referência no campo da política. Antes disso, seu legado centrou-se na atividade de “escritor”, fugindo às origens políticas. Para um ator político de destaque aos olhos dos opositores, que iniciou nas brigadas do coronel Vazulmiro Dutra, Ferreira Filho passou a ser um narrador dos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul.

Além disso, ele foi excluído do jogo político regional dos anos 50, em contra partida Getúlio Vargas que havia percorrido o mesmo caminho nos anos 30 voltava a Presidência pelo voto popular. O fato de ser aliado não significa prestígio e permanência vitalícia nos cargos políticos.

²¹¹ Prefácio à 4ª edição do livro: Filho, Arthur Ferreira. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editora Globo, 1978.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1937 foi marcado por significativas mudanças no cenário da política nacional consequência da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o governo provisório. A partir desse evento a história política brasileira tece novos rumos da administração pública que ao longo de quinze anos passou por várias transformações.

Os primeiros anos de governo provisório foram marcados pela Revolução Constitucionalista de 1932 e a Promulgação da Constituição de 1934, pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte que elegeu Getúlio Vargas presidente da República, devendo exercer o mandato até maio de 1938.

No entanto, o presidente Getúlio Vargas alçava voos mais altos e não pretendia deixar o controle político do país em face das agitações políticas dos comunistas, em 1935, então o governo aprovou o projeto de Lei de Segurança Nacional que visava manter a ordem política e social do país. A repressão teve várias consequências entre elas à decretação do estado de sítio em março de 1936, sendo sucessivamente prorrogado, até junho de 1937. Mesmo assim, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial, e as eleições estavam previstas para janeiro de 1938.

Em setembro, de 1937, o clima de ameaça novamente reacende a tensão política do “perigo eminente” da insurreição comunista descrita em um documento denominado Plano Cohen²¹², os efeitos da divulgação foram imediatos. O Congresso aprovou às pressas, por maioria dos votos, a estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. Nesse período os pares políticos de Getúlio Vargas percorreram os Estados para garantir o apoio dos governadores ao golpe de estado, pois

²¹² Um oficial integralista foi surpreendido, datilografando um plano de insurreição comunista. O autor do documento seria um certo Cohen, aparentemente esse plano era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira. Ver: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.363.

Vargas anunciava que a situação política não comportava a realização das eleições, bem como seria necessário dissolver a Câmara e o Senado. Inevitavelmente em 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso, e à noite Getúlio Vargas anunciou a nova Carta Constitucional elaborada por Francisco Campos, era o início do Estado Novo.

Foi justamente após essa declaração de Vargas, que houve a organização do Estado Novo e de suas interventorias regionais. No Rio Grande do Sul a divisão e organização política foram realizadas pela Comissão Mista que conjuntamente com o interventor estadual e os líderes políticos locais determinaram à indicação dos interventores municipais.

O nosso trabalho centrou-se nas indicações de Ferreira Filho para interventoria passo-fundense e principalmente das denúncias dos opositores Gomercindo dos Reis e Antonio Carlos Menna Barreto sob a égide do Movimento de Reação Popular. A conjuntura política desse período estava assim dividida, de um lado o representante da ditadura estado-novista, e de outro, comerciantes e herdeiros políticos do Partido Libertador. Os opositores perseguiram incansavelmente Ferreira Filho todos os anos que esteve à frente da política municipal.

Nessa conflituosa relação identificamos um cenário de tramas e denúncias das ações administrativas de Ferreira Filho. Verificamos que às denúncias registradas no livro *“Defendendo a Verdade”*, de 1947, e dos versos críticos contemplados no livro *“Jardim de Urtigas”*, de 1957, ambos escritos por Gomercindo dos Reis retratavam a conjuntura política local.

No primeiro capítulo trabalhamos sob a perspectiva das denúncias da *“Bambochata Administrativa do Estado Novo”*, assim designada pela oposição, que qualificava as ações administrativas de negócios suspeitos. A legitimidade de seu governo estava assegurada pelo pressuposto que ele representava *“um governo forte, que não aceitava sugestões de povo a respeito da administração, nomeações de funcionários, etc., que não atendia aos pedidos do povo e que o povo não valia nada”*.²¹³

A desqualificação do perfil administrativo de Ferreira Filho apontado pela oposição está inteiramente ligada a uma série de obras públicas importantes não realizadas, bem como, os gastos do dinheiro público em festas de confraternização. Para os interventores estaduais essas denúncias passavam despercebidas, além disso, Ferreira Filho atendia aos interesses políticos da política estado-novista na região, por ser um cargo de confiança ele não precisava do aval da população para manter-se no poder.

²¹³ REIS, 1947, p. 64

Esta relação política de Ferreira Filho com os interventores estaduais estava constituída na troca de favores, assim, ele mantinha-se através das ações coercitivas da Delegacia de Polícia. No entanto, para os opositores, não restavam dúvidas que Ferreira Filho inseriu-se na política regional a partir de seu envolvimento com Vazulmiro Dutra na Revolução Constitucionalista, de 1932, pois neste momento ele fazia parte do Estado-Maior da Brigada palmeirense em Passo Fundo. Entre as características citadas para ocupar as interventorias a origem militar era um dos predicativos. Na sua primeira nomeação esta relação foi citada pela imprensa local, nesses termos, suponhamos que este foi o primeiro contato de Ferreira Filho com a população local.

E a partir, dessa participação Ferreira Filho tornou-se um defensor da política varguista. Na primeira indicação em março de 1938, Ferreira Filho estava na diretoria do Gabinete da Secretária da Agricultura quando foi nomeado para administrar a prefeitura municipal, pelo interventor estadual Cordeiro de Farias que havia assumido no lugar de Daltro Filho, neste momento o regime estado-novista estava sendo consolidado entre os grupos compunham o bojo político rio-grandense.

Os primeiros atos administrativos de Ferreira Filho foram criticados pela população, por isso, este criou um Conselho Consultivo Municipal que mais tarde foi ignorado por ele, quando optou pelo arrendamento do Matadouro Municipal, a sua decisão aos olhos da população prejudicava a economia local.

Em nossa pesquisa constatamos que essa oposição persistiu ao longo dos anos de seu governo. Ao reconstituirmos esse período histórico relatamos à presença permanente de Ferreira Filho em cargos públicos no cenário regional ao longo da Era Vargas. Iniciamos nossa pesquisa no jornal O Nacional devido às denúncias do livro *Defendendo a Verdade*, no entanto, ao lermos percebemos que não havia muitas notícias referentes à Ferreira Filho e a sua administração, a partir dessa perspectiva comparativa discutimos a ação da censura imposta nos meios de comunicação através da Delegacia de Polícia.

Esse tema foi abordado no segundo capítulo, a Delegacia de Polícia foi o braço de sustentação do Estado Novo segundo CANCELLI, e esta afirmativa vem de encontro com as denúncias da oposição que expuseram a situação local de censura e represálias políticas exercidas pelos delegados de polícia passo-fundenses. Em relação a isso gostaríamos de ressaltar que os delegados eram nomeados, portanto havia uma rotatividade, no entanto, esses seguiam as ordens determinadas pelo interventor, bem como, as orientações do D.I.P..

No entanto, esse instrumento de poder foi transposto pela oposição, que dotados de uma astúcia criticavam o regime em versos, e esses foram preservados ao longo

dos anos nas obras de Gomercindo dos Reis a primeira delas como citamos foi o livro “*Defendendo a Verdade*”, e a segunda na coletânea de poemas registrados no livro “*Jardim de Urtigas*”, neste último encontramos versos escritos desde 1938 sobre a administração municipal e o universo político que estava inserido Ferreira Filho.

Neste trabalho apontamos uma outra perspectiva do regime estado-novista, a partir das observações e denúncias da oposição. O D.I.P. que foi criado para controlar e fiscalizar as publicações não obteve total sucesso em nosso município, pois em vias de um regime autoritário e ditatorial, um grupo se manteve fiel aos seus objetivos de denunciar os desmandos de Ferreira Filho, um legítimo representante da política vigente no país.

Os poemas elencados nesse trabalho narram episódios e/ou situações que exemplificavam os atos administrativos de Ferreira Filho. Entre as ações de Ferreira Filho relacionadas com a política nacional, destacamos a campanha de nacionalização realizada com afincamento e empenho, na verdade, este foi o setor que mais recebeu investimentos e apoio do interventor municipal, escolas foram ampliadas, professores foram contratados e cartilhas distribuídas para difundir o sentimento de pertencimento entre as crianças e jovens.

No último capítulo discorreremos sobre a fase final do Estado Novo e a terceira nomeação de Ferreira Filho que segundo Gomercindo dos Reis “*pretendia translandar da ditadura para a democracia*” o término do Estado Novo e a deposição de Vargas mudariam os rumos da política nacional. Em efeito dominó os interventores estaduais e municipais também renunciaram seus cargos, no entanto, muitos deles permaneceram na articulação política partidária, como foi o caso de Ferreira Filho.

Esse se dedicou a organizar o diretório municipal do PSD e a promover a campanha eleitoral a Presidência da República. O seu comprometimento pessoal com a política de Getúlio Vargas tornou-se mais visível quando se posicionou a favor em relação a possível candidatura de Vargas no pleito eleitoral. Inevitavelmente a ruptura existente no PSD entre a ala getulista e ala dutrista também se estendeu ao diretório municipal.

Nesse posicionamento pró-permanência de Vargas, apontamos a fidelidade e apoio incondicional devotado à política varguista ao longo de sua permanência nos cargos públicos aos quais foi nomeado. Em nenhum momento percebemos a preocupação de Ferreira Filho em constituir uma base política sólida em seu nome.

A terceira e última administração municipal de Ferreira Filho nesta cidade é marcada pela fase democrática em que o país vivia. Assim, todas as críticas referentes ao seu governo eram abertamente ditas, bem como, representada pelo Movimento de Reação

Popular. Finalmente os opositores após anos de espera puderam expor suas idéias e ideais de governo, sem a interferência direta da Delegacia de Polícia.

O Movimento desejava derrubar Ferreira Filho, às ações mais significativas do movimento foram à realização de comícios em praças públicas, e estes divulgavam as irregularidades administrativas e coerções policiais que ocorreram na vigência do governo de Ferreira Filho.

A principal motivação era promover a desqualificação de Ferreira Filho em gerir cargos públicos. A candidatura dele para Deputado Estadual foi um outro acerto entre ele e o interventor estadual Cilon Rosa. A resposta da população passo-fundense nas urnas foi algo que ele não esperava apenas 192 votos. Entretanto, a oposição sempre justificou as nomeações dele como fruto dos interesses dos interventores estaduais, e não do aval da população local.

Portanto, o fracasso dele nesta eleição comprova a tese dos opositores que “*Arthur Ferreira Filho não possuía, em Passo Fundo, nenhum prestígio político*”.²¹⁴. Sobre este período e estes atores políticos ainda há espaço considerável a ser preenchido, mas pensamos que esse trabalho tenha sido uma primeira leitura.

²¹⁴ O Nacional, 25/04/1946, Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUC, 2007.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra. 1945-1967*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPANEMA, Gustavo. *Discurso e outros escritos*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-145)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. Regionalismo Gaúcho e nacionalismo brasileiro: impactos da política de Vargas no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. In: _____. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1

CASTRO, Flávia Lages. *História do Direito Geral e Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

CAVALHEIRO, Maria Eloísa. *Imprensa e poder: o caso sui generis de Carazinho – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e Municipalismo Gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FALCON, Francisco. “História e Poder”. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.

FARIA, Bento. *Repertório da Constituição Nacional. Lei de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Let & CIA. Editores. 1935.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 1ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. ver. ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Curitiba. 6ª Edição. Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, Filho Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre. Editora Globo, 1978.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano) v. 2.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: Formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo Através do Tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. v. 2.

GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo Através do Tempo*. Passo Fundo: Multigraf, 1978. v. 1.

GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismo O Estado nacional no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. (tradução: Carlos Nelson Coutinho). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEXSEL, Conrado Augusto; GÁRATE, Héctor Eduardo. *Comércio Século XX Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 2002.

JUNGBECK, Benhur. *Perigo Iminente: a segunda guerra mundial na leitura da imprensa passo-fundense*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

MARTINS, Luthero Dutra. *Vazulmiro Dutra: a história de um caudilho*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.

NASCIMENTO, Márcia do. *Prazer Marginal e política alternativa: a zona de meretrício em Passo Fundo (1939-1945)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica Berthier, 1995.

OLIVEIRA, Lisandre M. de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Teses (Doutorado) – PUC, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA; Lúcia Lippi; PIMENTA; Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2005.

PIMENTEL, Rodrigo (org.). *Páginas da Nossa História: comentários sobre a história de Passo Fundo. Galeria de administradores e legisladores*, Passo Fundo: Tropeiro dos Pampas, s/d.

PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras: 1937*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. In: _____. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22

REIS, José Carlos. *História & Teoria*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

RÉMOND, René. *Do Político*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996.

SCHWARTSMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SGANZERLA, Claudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, José Luiz Werneck. (Org.). *O Feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 1 v.

TRINDADE, Hélió. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1992.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul. 1945-1994*. Porto Alegre: Sulinas, 1995.

VARGAS, Getúlio. *A nova Política do Brasil*. V. O Estado Novo.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (tradução: Regis Barbosa, Karen Barbosa) 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Histórico Regional – Passo Fundo

Arquivo da Prefeitura Municipal de Passo Fundo

Museu Histórico Regional – Passo Fundo

Academia Passo-fundense de Letras – Passo Fundo

Memorial do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Jornal O Nacional de 1937 a 1947 – Arquivo Histórico Regional

Jornal o Diário da Manhã de 1937 a 1947 – Arquivo jornal Diário da Manhã

Escola Estadual de 1º e 2º Graus Gomercindo dos Reis – Passo Fundo

FONTES PRIMÁRIAS

REIS, Gomercindo dos. *Defendendo a Verdade*. Passo Fundo: Empresa Gráfica Editora, 1947.

REIS, Gomercindo dos. *Jardim de Urtigas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Imprensa Oficial, 1957.

Álbum com textos do presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas a imprensa. Publicação DIP, 1940. [Acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo].

Relatórios Municipais de Passo Fundo de 1938-1939. [Arquivo Histórico Regional].

Livro Ata da Associação Comercial, Industrial de Serviços e Agropecuária de Passo Fundo de 1937-1946.

ANEXOS

A Bambochata do Estado Novo



Fervorosos adetos da Ditadura getuliana regalavam-se em fartos «banquetórios», para que não houvessem homens fracos num governo forte...

Ilustração 1: Adeptos da administração municipal de Ferreira Filho, publicado no livro “Defendendo a Verdade”, de 1947, p.2.



Ilustração 2: “Usina Celeste” publicada no livro “Jardim de Urtigas”, de 1957, p. 20.

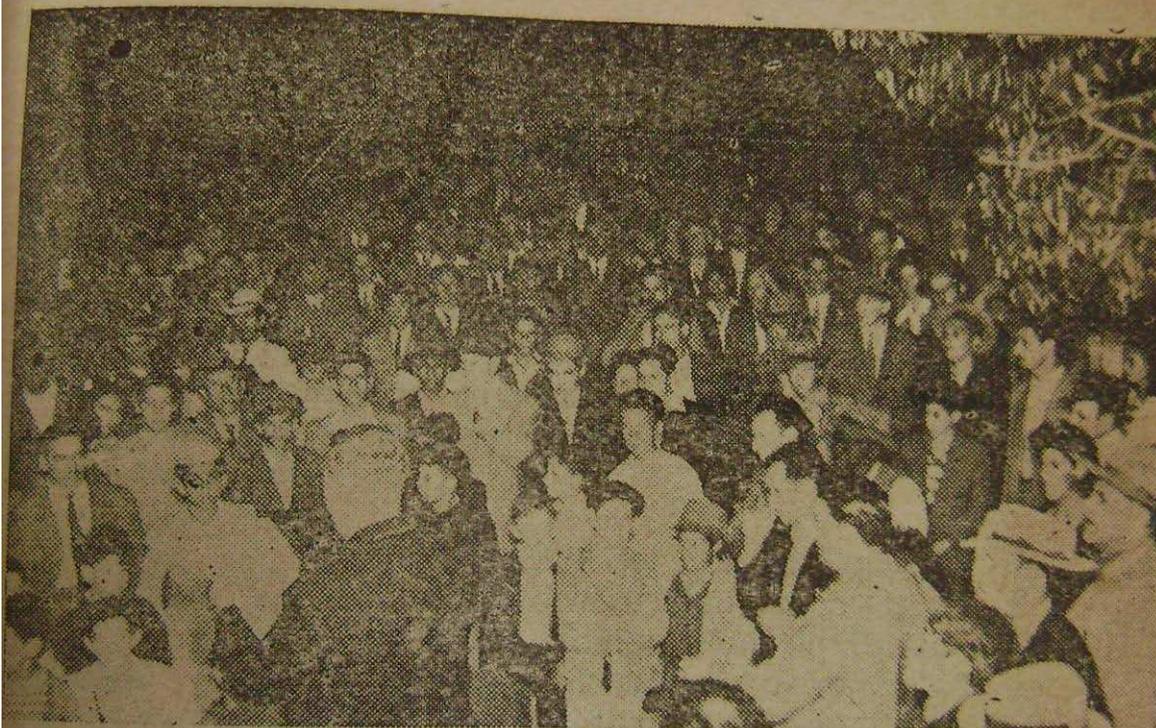
Inauguração da Tribuna Popular



Gomerindo dos Reis, quando falava, fazendo a inauguração da *TRIBUNA DO MOVIMENTO DE REACÇÃO POPULAR*, no comício contra os «tubarões», em maio de 1946.

Ilustração 3: Púlpito da “Tribuna Popular” do Movimento de Reação Popular, publicado no livro “Defendendo a Verdade”, de 1947, p. 67.

Comício contra os "tubarões"



Vista parcial do grande comício contra os «tubarões». Falaram, no mesmo, os seguintes senhores: Gomercindo do Reis, Dr. Ney Menna Barreto, Eduardo Barreiro, André Pithan, José Knoll, Francisco de Lima Morsch e outros.

Ilustração 4: Comício realizado contra os tubarões em maio de 1946, publicado no livro "Defendendo a Verdade", de 1947, p. 73.

Fotografia do comicio de 19 de Setembro



Vista parcial do grande comicio realizado pelo «Movimento de Reação Popular», em rego-sijo pela promulgação da nossa CARTA MAGNA, em 19 de setembro de 1946.

Falaram, nesse comicio, os seguintes oradores: estudantes, Paulo Corrêa e Firmino Duro; Eduardo Barreiro; Dr. Brasiliano da Costa e Silva, representando uma caravana de Lagoa Vermelha; Gomercindo dos Reis e Francisco Antonino Xaxier e Oliveira.

Ilustração 5: Manifestação popular de comemoração a promulgação da Constituição Brasileira de 1946, publicada no livro “Defendendo a Verdade”, de 1947, p. 79.



"A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Alia igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores. Concita-os, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apóstolado cívico infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a ousadia inabalável nos grandes destinos do Brasil. "

Ilustração 6: Educação cívica realizada nas escolas e difundida pelas cartilhas e/ou álbuns. Fonte: Álbum com textos do presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas a imprensa. Publicação D.I.P., 1940. Acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo.



Ilustração 7: Construção do Estado Nacional no imaginário das crianças e jovens através da educação. Fonte: Álbum com textos do presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas a imprensa. Publicação D.I.P., 1940. Acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo.